

1.1 HISTÓRICO DO EMISSOR

A Porto Seguro S.A. (“Porto”, “Porto Seguro” ou “Companhia”) foi constituída como sociedade holding em setembro de 1997, mas sua história teve início em 1945, quando sua controlada Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (“Porto Seguro Cia.”) começou a comercializar seguros na cidade de São Paulo.

Atualmente, a Companhia oferece, por intermédio de suas marcas Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço, uma ampla gama de produtos de seguros, incluindo seguros de automóvel, saúde, ramos elementares, acidentes pessoais e vida, dentre outros. Oferece, também, produtos financeiros como cartão de crédito, financiamento, consórcio, previdência além de serviços para automóveis (como guincho, troca de pneus e outros) e para residências e empresas (como instalação e manutenção de eletrodomésticos e assistência de hidráulica e elétrica).

Cronologia

1945

Em 1945, José Alfredo de Almeida, José da Cunha Júnior, José Andrade de Sousa e Amador Aguiar, diretores e acionistas do Banco Brasileiro de Descontos (antiga denominação do Banco Bradesco) tendo Amador Aguiar como Diretor Gerente, fundam a Porto Seguro Cia., habilitada para atuar em operações de seguro e resseguro nas modalidades Fogo, Transportes, Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil, Automóveis, Roubos, entre outros ramos.

Anos 1970

Em 1972, Abraão Garfinkel despede-se do Grupo Atlântica Boavista de Seguros e assume o controle acionário da Porto Seguro Cia.. Para ajudá-lo, convidou alguns companheiros de longa data, como: Felipe Cardillo, Jorge Ogawa, Ricardo Abeid, Valter Gianisele, Ademar Mendonça, Yoshiharo Nakamura e Pedro Marques Cavalcante. A estratégia dessa nova equipe foi fazer do Corretor de Seguros um parceiro e um grande aliado. Com essa mentalidade, iniciou uma nova fase na história da Companhia. Na época, a Porto Seguro Cia. ocupava o 44º lugar no ranking das seguradoras por volume de prêmios retidos

Sobre Abraão Garfinkel

Nascido em 1914, na Ucrânia, Abraão Garfinkel chegou no Brasil em 1921, aos seis anos. Iniciou sua carreira no mercado segurador em 1933, na companhia Assicurazione Generali de Trieste e Venezia, como Auxiliar de Escritório. Em 1945, ano de constituição da Porto Seguro, Abraão Garfinkel era funcionário da Seguradora Equitativa Terrestre, Acidentes e Transportes São Paulo. Em 1956, assumiu o cargo de Subdiretor da companhia Boavista de Seguros, na Sucursal São Paulo, local onde também se tornou, mais tarde, Diretor Superintendente. Desligou-se do Grupo Atlântica Boavista de Seguros, em 1972, para assumir a direção da Porto Seguro Cia., no mesmo ano. Exerceu o cargo de Presidente entre 1972 e 1978, quando faleceu. Rosa Garfinkel, esposa de Abraão Garfinkel, é eleita para substituí-lo. Jayme Garfinkel, seu filho, passa a ser Vice- Presidente Executivo e posteriormente Presidente da Companhia.

Anos 1980-1999

Lançamentos de diversos produtos e iniciativas que mantiveram a Porto na ponta das empresas inovadoras do setor. Entre esses produtos e iniciativas vale destacar: Porto Residencial, Porto Empresarial, Porto Saúde, PortoPrev, Vacina Anti-furto, Dispositivos Antifurto, Brake Light, dentre

outros. Além de produtos, a Companhia lança novos processos de melhoria em atendimento, como central de Atendimento 24 horas.

Anos 2000-2019

Em 2003, a Porto comprou a AXA Seguros Brasil, renomeada para Azul Seguros. Em 2004, a Companhia realizou a abertura de capital, passando a negociar suas ações no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo. Em 2007, lançou o Cartão Porto Seguro. Em 2009, a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. celebraram a associação para a unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis. Em 2019, após 41 anos na liderança da Porto, Jayme Garfinkel deixou o cargo de Presidente do Conselho de Administração, que passou a ser ocupado por Bruno Garfinkel, que ingressou na Porto em 2004. Durante esse período, também foram lançados, entre outras iniciativas e produtos, o Centro Automotivo 24 horas e o Porto Seguro Capitalização.

Anos 2020-2024

Durante a pandemia do Covid-19, a Companhia lançou o programa “Meu Porto Seguro”, que gerou mais de 10 mil postos de trabalhos temporários durante três meses e cursos de capacitação profissional para mais de 23 mil pessoas. Durante esse período, foram lançados também o seguro auto por assinatura, através dos produtos Azul por Assinatura e Auto Fácil Itaú, complementando uma linha de produtos mais acessíveis com o objetivo de aumentar a inclusão securitária. Posteriormente a Porto Seguro realizou a alteração da marca para Porto e a segregação das atividades em quatro unidades de negócios (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Bank e Porto Serviço), com o objetivo de alavancar o crescimento e a diversificação de seus negócios. Houve também um amplo processo de digitalização da Companhia, resultando em mais de 50% dos acionamentos para serviços de auto e residência sendo feitos pelo SuperApp ou WhatsApp. Em 2022, a Porto Seguro passou a ser integrante do Pacto Global da ONU, se comprometendo com seus Dez Princípios universalmente, além dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) até 2030, e nos anos de 2022, 2023 e 2024, foi eleita pelo Great Place to Work (GPTW) uma das dez melhores empresas para se trabalhar no Brasil. Nesse período, foram realizadas operações de M&A como o acordo de cooseguro com a seguradora Mitsui Sumitomo, a joint venture com a rede de tratamentos oncológicos Oncoclínicas, além da aquisição da CDF, maior marketplace B2B2C do Brasil. Em 2024, a Porto Serviço e a Porto Saúde obtiveram o registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como emissoras na categoria “A”.

1.2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E DE SUAS CONTROLADAS

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740 – Bloco B (“Edifício Rosa Garfinkel”) – 11º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, Brasil, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

A Companhia participa como acionista ou sócia em outras sociedades empresárias, nacionais ou estrangeiras (em conjunto com a Companhia denominadas como “Grupo Porto”), que podem explorar atividades de seguros em todos os ramos; atividades privativas de instituições financeiras e de sociedades equiparadas a instituições financeiras, incluindo, sem limitação, a administração de consórcios; a atividade de prestação de serviços; comercialização de equipamentos de monitoramento eletrônico de sistemas de proteção patrimonial; e atividades conexas, correlatas ou complementares à atividade de seguros e às demais atividades descritas acima.

As atividades estão segmentadas em 4 (quatro) Verticais de Negócios: Seguros, Saúde, Bank e Serviços.



Além das atividades descritas acima, há outros negócios como Renova, Caps, dentre outros.

A estrutura organizacional dos negócios e suas principais atividades, bem como a gama de produtos e serviços oferecidos pela Companhia, suas controladas, controladas em conjunto e coligadas podem ser melhor compreendidos na seguinte figura:



1.3 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. produtos e serviços comercializados

O Grupo Porto oferece ampla gama de produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil (predominantemente) e também no Uruguai. A Companhia aplicou a IFRS 8/CPC 22 – Informações por segmento que são administrados através de quatro verticais de negócios. Composição dos negócios reportados em cada vertical:

- Vertical Seguro: compreendem principalmente seguros de Automóveis, Patrimonial, Vida no Brasil e Uruguai.
- Vertical Saúde: compreendem principalmente os seguros de Saúde, Odonto e Serviços em Saúde.
- Vertical Bank: compreendem principalmente os negócios com similaridade bancária, como: de Cartão de Crédito, Financiamento, Riscos Financeiros, Capitalização, Consórcio e Previdência.
- Vertical Serviço: compreendem os negócios da Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e B2C.
- Demais negócios: compreendem principalmente os negócios de Atendimento, Renova, Gestão de Recursos e Holding.

Levam-se em consideração os relatórios financeiros internos de desempenho de cada segmento e região geográfica em que opera, que são utilizados pela Administração na condução de seus negócios. O “Lucro Líquido/(Prejuízo)” é o principal indicador utilizado pela Administração para o gerenciamento do desempenho dos segmentos.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2024
Receitas por segmento (R\$ milhões)	21.388	6.649	5.847	2.510	549	36.942
Participação (%)	58%	18%	16%	7%	1%	100%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

	Seguro	Saúde	Bank	Serviço	Demais negócios	Dezembro de 2024
Lucro líquido por segmento (R\$ milhões)	1.643	394	632	205	(229)	2.645
Participação (%)	62%	15%	24%	8%	-9%	100%

Desde 1º de janeiro de 2023, os resultados societários da Companhia passaram a ser divulgados de acordo com a norma da IFRS 17 - CPC 50, em substituição a IFRS 4 - CPC 11. A adoção inicial foi realizada em conformidade com os procedimentos previstos no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Vale observar que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS ainda não adotaram esta

norma, de modo que, para as entidades reguladas por estas autarquias, ainda estão vigentes as disposições do CPC 11. Dessa forma, a Companhia continuará divulgando em seus resultados, de forma complementar, o acompanhamento gerencial, mantendo a comparabilidade com o desempenho reportado nos anos anteriores.

1.4 PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/MERCADOS

a. características do processo de produção

Não aplicável, pois a Companhia não possui processo de produção, uma vez que seus negócios se relacionam com os segmentos de seguros, saúde suplementar, negócios financeiros e serviços.

b. características do processo de distribuição

A Companhia comercializa seus produtos através de corretores independentes, agências bancárias, vendedores próprios, parceiros comerciais, telemarketing e internet, formando uma ampla gama de distribuição.

Destacamos os principais canais de distribuição:

Os corretores são o principal canal de vendas da Porto. São cerca de 46 mil corretores, oferecendo um diversificado portfólio de seguros, tais como seguro de automóvel, residência, patrimonial, saúde, odontológico, vida, planos de previdência, etc. Além disso, também comercializam os negócios não seguros, como cartão de crédito, consórcio, entre outros.

O canal bancário comercializa primordialmente produtos de seguro de automóvel e residências das marcas Porto Seguro, Azul Seguros e Itaú.

A Companhia utiliza uma equipe de venda própria para a comercialização do produto consórcio, sendo a maior parte formada por consórcios de veículos e residências.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia segmenta seus negócios em quatro verticais: Seguro, Saúde, Bank e Serviço. O mercado segurador (ex-Saúde), principal setor de atuação da Companhia através de sua unidade de negócio Porto Seguro, atingiu em 2024 o volume de R\$ 191,5 bilhões em prêmios emitidos, conforme estatísticas divulgadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), representando aumento de 9,2% sobre os R\$ 175,4 bilhões de 2023.

O segmento de automóvel, que representa 30,3% dos prêmios emitidos do setor, cresceu 3,2%, atingindo R\$ 58,0 bilhões em 2024. O segmento de pessoas (seguros de vida excluindo o VGBL) apresentou crescimento de 12,7% em comparação a 2023, representando 28,9% dos prêmios emitidos do setor, alcançando R\$ 55,4 bilhões. O segmento de seguros patrimoniais, que representa 19,7% do setor, evoluiu 14,8% em relação a 2023, atingindo prêmios emitidos de R\$ 37,8 bilhões.

Segue abaixo a participação de mercado da Companhia em prêmios auferidos nos principais segmentos de seguros (ex-Saúde) em que atua:

Principais Produtos - Porto Seguro		
Principais Produtos de Seguros da Companhia (Regulados pela SUSEP)	Participação de Mercado ¹	Participação nas Receitas da Companhia ²

Automóvel	27,4%	42,8%
Patrimonial	8,8%	9,0%
Vida	3,0%	4,4%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2024 (Fonte: Susep)

²Dados da Companhia referentes ao ano de 2024

A Companhia atua também no segmento de Seguro Saúde através de sua unidade de negócio Porto Saúde. Segue abaixo a participação de mercado da Companhia em receitas no segmento de Saúde Suplementar e a participação da Vertical nas receitas da Companhia:

Principal Produto - Porto Saúde		
Saúde Suplementar (Saúde e Odonto) (Regulado pela ANS)	Participação de Mercado¹	Participação nas Receitas da Companhia²
	2,2%	17,6%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2024 (Fonte: ANS)

²Dados da Companhia referentes ao ano de 2024

A Companhia também atua por meio de sua unidade de negócio Porto Bank no segmento de negócios financeiros, tendo como produtos mais relevantes em seus resultados o Cartão de Crédito e o Consórcio. Em Consórcio de Imóveis, o mercado cresceu 30,1%, atingindo R\$ 490,9 bilhões de crédito administrado em 2024, enquanto o Consórcio de Veículos Leves cresceu 14,8%, atingindo R\$ 322,7 bilhões em crédito administrado em 2024. Já em cartões, o mercado cresceu 14,6% em 2024, atingindo um faturamento de R\$ 2,760 trilhões.

Segue abaixo a participação de mercado da Companhia nos segmentos de Cartão de Crédito (faturamento) e Consórcio (crédito administrado):

Principais Produtos - Porto Bank		
Principais Produtos de negócios financeiros da Companhia (Regulados pelo Bacen)	Participação de Mercado¹	Participação nas Receitas da Companhia²
Consórcio Imóveis	12,9%	2,2%
Consórcio Automóvel³	3,6%	1,2%
Cartão de Crédito	2,6%	8,2%

¹Dados de mercado referentes ao ano de 2024 (Fonte: Bacen)

²Dados da Companhia referentes ao ano de 2024.

³ Dados consideram Veículos Leves

A Companhia também atua por meio de sua unidade de negócio Porto Serviço no segmento de assistência para automóvel, residência e empresa.

Segue abaixo a estimativa de participação de mercado da Companhia nos segmentos de Serviço de Mobilidade e Serviço Residencial:

Principais Produtos - Porto Serviço	
Principais Serviços da Companhia	Participação nas Receitas da Companhia ¹
Serviços de Automóvel Guincho, Chaveiro, Bateria etc.	6,8%
Serviços para Residência e Empresa Elétrica, Hidráulica, Linha Branca, TV, Ar Condicionado, Help Desk etc.	

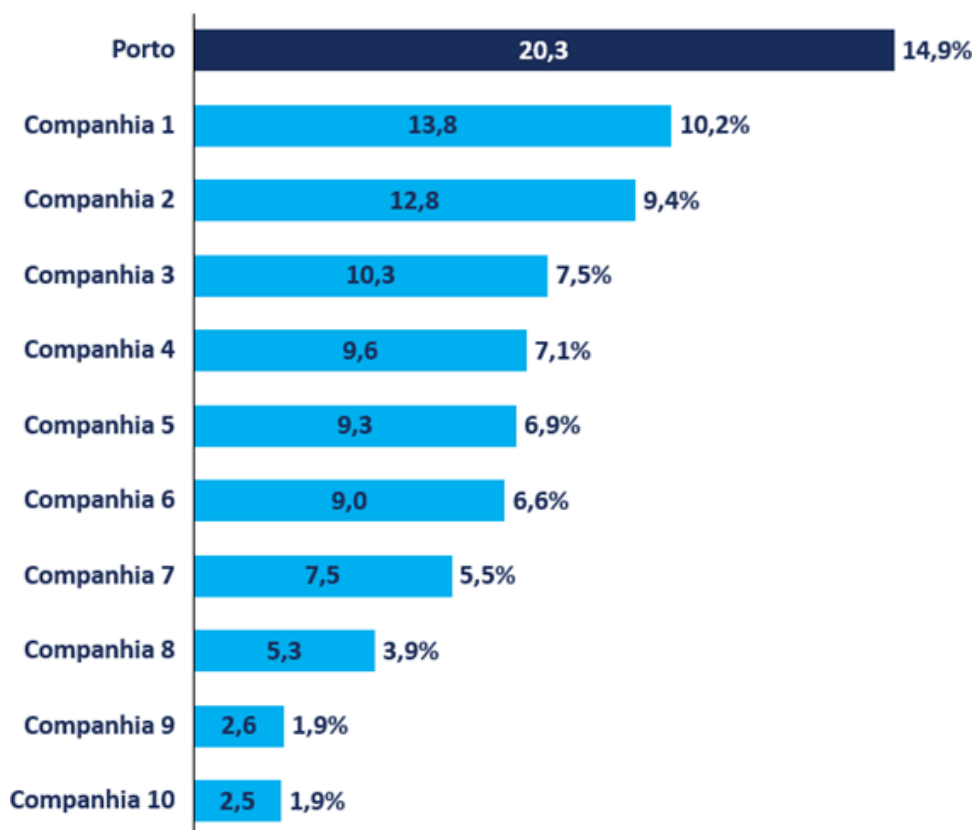
¹Dados de mercado referentes ao ano de 2024 (Fonte: análises da Companhia)

ii. condições de competição nos mercados

Em 2024, a Companhia, através das seguradoras Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, Azul Companhia de Seguros Gerais e Itaú Seguros de Auto e Residência, era a primeira empresa em volume de prêmios de seguros não vida (SUSEP), que considera todos os prêmios de seguros, exceto seguro de pessoas, saúde e previdência, com uma participação de 14,9% do total de prêmios de seguros de mercado, que é composto por cerca de 125 empresas.

A seguir segue gráfico com a distribuição de prêmios entre os maiores participantes no mercado de seguros de produtos não vida.

Prêmios de Seguros Não-Vida¹ (R\$ bilhões) e Participação de Mercado² (%) em 2024



¹Dados de mercado referentes ao ano de 2024 (Fonte: Susep)

²Excluindo seguro de vida, saúde e previdência

d. eventual sazonalidade

O mercado de seguros brasileiro não apresenta variações significativas de volume de prêmios no decorrer do ano, podendo, no entanto, apresentar alterações na sinistralidade em decorrência de eventos climáticos, alterações na frequência de utilização de serviços medidas ou concentração de vencimento e/ou renovações de apólices em determinados períodos.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém relacionamento de longo prazo com seus fornecedores e prestadores de serviços. Periodicamente, os fornecedores e prestadores podem ser avaliados por critérios financeiros e técnicos. A Companhia possui procedimentos de gestão de fornecedores e prestadores que estabelecem metodologias para homologação de sua contratação, baseada não apenas na qualidade do produto ou serviço e em seu preço, mas que podem também considerar reputação, situação financeira, garantia de entrega, disponibilidade dos produtos e serviços, ou outros. Adicionalmente, a grande maioria dos fornecedores e prestadores de serviços das controladas da Companhia assina contratos contendo cláusulas padrões relacionadas a leis anticorrupção e sigilo de informações. A maioria dos fornecedores e prestadores de serviços da Companhia e de suas controladas não está sujeita a controle ou regulamentação governamental.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia e suas controladas não possuem dependência material de fornecedores para a realização de suas atividades e não há concentração exagerada ou dependência de fornecedor exclusivo.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia e suas controladas contam com uma base amplamente diversificada de serviços e, em consequência, de fornecedores. No serviço de suporte tecnológico, como não há um insumo ou matéria-prima principal que esteja relacionado à parcela significativa dos produtos utilizados na prestação de serviços da Companhia e de suas controladas ou que possa gerar grande impacto na geração de receita, a variação de preços de produtos não atinge de forma significativa as atividades da Companhia e de suas controladas.

A Porto conta com 13 mil prestadores de serviços, sendo que esta pulverização não resulta em concentração relevante em nenhum deles, o que contribui para uma volatilidade nos custos dos serviços prestados relativamente baixa e/ou relativamente alinhada à inflação do País, medida pelo IPCA. Além disso, a Companhia é uma compradora relevante de peças, já que possui mais de seis milhões de veículos segurados e, na maior parte dos casos, é a própria Porto quem realiza a compra das peças para conserto de veículos com sinistros de perda parcial que tenham atingido o valor da franquia. O volume elevado de compra de peças contribui para negociações saudáveis junto aos seus fornecedores. Já no caso de sinistros com indenização integral, a variação dos preços dos veículos, medida pelo IPC - FIPE, serve como referência para a definição dos valores indenizatórios. A Porto Seguro também realiza o pagamento para prestadores do segmento de saúde, através de sua operação de seguro saúde e odontológico. Em linhas gerais, os reajustes de preços praticados seguem os índices de inflação médico-hospitalar e a variação de faixa etária dos beneficiários, conforme previsto na regulação do setor.

1.5 PRINCIPAIS CLIENTES

a. montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que representam mais de 10% de sua receita líquida em 31 de dezembro de 2024.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui clientes que representam mais de 10% de sua receita líquida em 31 de dezembro de 2024.

1.6 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Determinadas sociedades controladas pela Companhia necessitam de autorizações governamentais para o exercício de suas atividades, estando sujeitas à regulamentação e supervisão de diversas entidades de acordo com os segmentos de negócios em que atuam, dentre as quais destacamos:

- As sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar são supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep, autarquia responsável por regular e supervisionar o mercado brasileiro de seguros, previdência complementar aberta e capitalização e seus participantes. As sociedades integrantes do Sistema Nacional de Seguros devem obter autorizações para sua constituição e funcionamento, conforme normas vigentes. Aqui mencionamos as seguintes controladas da Companhia: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, Porto Seguro Vida e Previdência S.A., Azul Companhia de Seguros Gerais, Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. e Porto Seguro Capitalização S.A.
- As sociedades seguradoras e operadoras de planos de saúde médicos e odontológicos são reguladas e supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, autarquia sob o regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, e pelo Conselho Nacional de Saúde Suplementar – CONSU, órgão colegiado integrante da estrutura regimental do Ministério da Saúde. Estão sujeitas à regulamentação dessas entidades, as seguintes sociedades controladas pela Companhia: Porto Seguro – Seguro Saúde S.A., Portomed – Porto Seguro Serviços de Saúde Ltda. e Porto Seguro Serviços Odontológicos Ltda.
- As instituições financeiras e demais instituições a elas equiparadas devem obter autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil, a autarquia federal responsável por implantar as políticas estabelecidas pelo CMN, autorizar a constituição de instituições financeiras e supervisioná-las no Brasil. O Banco Central do Brasil determina ainda requisitos de capital mínimo, limites de ativo permanente, limites de crédito e as exigências de depósitos compulsórios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo CMN, órgão responsável por estabelecer as políticas monetária e financeira no país. As sociedades Portoseg – Crédito, Financiamento e Investimento, Portopar – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Porto Seguro Administradora de Consórcios Ltda. estão sujeitas à regulamentação e supervisão pelo Banco Central do Brasil.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Tendo em vista a natureza de suas atividades, a Companhia e suas controladas ainda não aderiram a um padrão específico (nacional ou internacional) de práticas ambientais. A Companhia, e o Grupo Porto, procuram manter, no entanto, e exigir que os fornecedores mantenham válidas e regulares todas as licenças e condições sanitárias e ambientais exigidas pelos órgãos públicos competentes para a realização de suas atividades, bem como para atender às disposições específicas da legislação sobre proteção do meio ambiente e de saúde, segurança e medicina do trabalho.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O desenvolvimento das atividades e negócios da Companhia e de suas controladas não depende, de maneira que possa ser considerada excepcional, de patentes, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties.

Não obstante isso, a Companhia e suas controladas são titulares de marcas e nomes de domínio importantes para o reconhecimento do público consumidor final e que contribuem para a distribuição de seus serviços e para o fortalecimento de sua reputação no mercado.

A Companhia e suas controladas são empresas integrantes do Grupo Porto e, como tal, fazem uso em seus negócios do radical “Porto”, atualmente de titularidade da PSSA.

d. Contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Em atenção ao disposto na política interna do Grupo Porto que trata de contribuições e doações, as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, não realizam contribuições financeiras, direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, no Brasil ou no exterior.

ii. em favor de partidos políticos

Em atenção ao disposto na política interna do Grupo Porto que trata de contribuições e doações, as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, não realizam contribuições financeiras, direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceiros, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, no Brasil ou no exterior.

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não exerce e não custeia, de maneira direta ou indireta, a atividade de influência ou de engajamento em decisões acerca de políticas públicas, incluindo o conteúdo de quaisquer atos normativos.

1.7 RECEITAS RELEVANTES NO PAÍS SEDE DO EMISSOR E NO EXTERIOR

(a) Receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida do emissor:

(b) Receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor:

Do total das receitas aferidas em 31 de dezembro de 2024, 98,6% foram provenientes do Brasil e 1,4% proveniente do Uruguai.

Não há no Grupo Porto concentração de receita por cliente ou grupo econômico.

1.8 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

Não há impactos relevantes decorrentes de regulação estrangeira nos negócios do emissor.

1.9 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

a. se o emissor divulga informações ESG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade:

A Companhia divulga anualmente informações sobre seus impactos sociais, ambientais e econômicos no Relatório de Administração, publicado juntamente com suas Demonstrações Financeiras e em seu Relatório de Sustentabilidade.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade é elaborado considerando as principais metodologias International Integrated Reporting Council (IIRC) – que foi incorporado pela International Financial Reporting Standards (IFRS); as métricas da Sustainability Accounting Standards Board (SASB) específicas dos setores de atuação da Porto: Insurance (Seguros), Managed Care (Assistência Médica Gerenciada) e Customer Finance (Finanças de Clientes); e as Normas da Global Reporting Initiative (GRI).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Sim, o Relatório de Sustentabilidade, assim como as Demonstrações Financeiras, são auditados por uma terceira parte.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

<https://relatorioportoseguro.com.br/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ESG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Sim, utilizamos o conceito de materialidade, o resultado deste trabalho, pode ser consultado no próprio Relatório e adicionalmente, no Relatório de materialidade, documento público em que compartilhamos todo o processo de realizado, bem como suas etapas e resultados obtidos para cada uma delas. Quanto aos indicadores chave, os mesmos podem ser acessados ao longo do Relatório de Sustentabilidade 2024.

Para saber mais acesse a página inserida no item “d”.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor.

O Relatório de Sustentabilidade considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”) priorizados e associados aos nossos pilares estratégicos. Conforme abaixo:



g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

A Companhia não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Companhia realiza o inventário de emissões seguindo metodologia do GHG Protocol. As informações estão disponíveis no Registro Público de Emissões, por meio do link: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/32>.

i. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ESG divulgadas

Como consta no item “g”, a Companhia ainda não considera as recomendações do TCFD para elaboração do Relatório de Sustentabilidade.

1.10 INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Não aplicável, pois a Companhia e suas controladas não são organizadas sob a forma de sociedade de economia mista.

1.11 AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ATIVO RELEVANTE

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia não realizou aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre na operação normal de seus negócios.

1.12 OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS/AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL

A Companhia não esteve diretamente envolvida em operações materiais de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento de capital ou redução de capital no último exercício social

1.13 ACORDOS DE ACIONISTAS

No último exercício social, não houve a celebração, extinção ou modificação do acordo de acionistas celebrado no âmbito da Companhia

1.14 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

No último exercício social não houve alterações significativas na condução dos negócios da Companhia

1.15 CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

A Companhia entende que os contratos indicados abaixo são relevantes e não estão diretamente relacionados a atividades operacionais:

- Operação de venda de imóveis da Porto Saúde: Em 29 de junho de 2022, foi assinado acordo de compra e venda de imóveis entre a Porto Saúde e outras empresas do Grupo Porto, na qualidade de vendedora e Jive Properties Multiestratégia Fundo de Investimento Imobiliário (“Fundo”) como compradora. O objeto do acordo foi a venda de imóveis de empresas do Grupo Porto ao Fundo, considerando as condições atuais do mercado imobiliário, a situação jurídica e estado de manutenção e conservação dos imóveis, bem como a oportunidade de liquidez imediata.

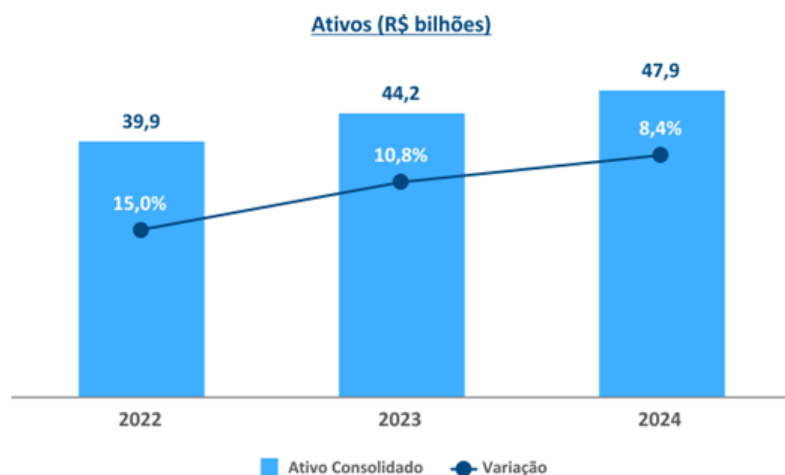
1.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

2.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

a) condições financeiras e patrimoniais gerais:

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia encerram o exercício de 2024 de forma satisfatória e consistente com os últimos anos. Essas condições são demonstradas por suas posições de ativos e da carteira de empréstimos e financiamentos, que demonstram o crescimento de todas as principais linhas de negócio da Companhia:



Os principais ativos da Companhia estão apresentados abaixo:

A carteira total de aplicações financeiras (desconsiderando caixa e equivalentes de caixa) atingiu R\$ 18,4 bilhões ao final de 2024, R\$ 18,0 bilhões em 2023 e R\$ 13,6 bilhões em 2022. Em sua política de investimentos, a Companhia leva em conta as disposições regulatórias e diretrizes internas, a fim de maximizar os retornos, mantendo níveis prudentes de riscos de crédito, mercado, liquidez e seu apetite a risco. Em seu portfólio de investimentos são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco (“rating”) “B” de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

A carteira de recebíveis de prestação de serviços e empréstimos da Companhia totalizou em 2024 R\$ 14,9 bilhões, R\$ 13,6 bilhões em 2023 e R\$ 12,2 bilhões em 2022, crescimento de 13,7% em 2024 e 11,3% em 2023. O monitoramento das carteiras é realizado constantemente e inclui regras de aceitação de riscos e de liberação de empréstimos e financiamentos, incluindo informações internas e externas de cada cliente. São realizadas, ainda, provisões para perda dos ativos, considerando o comportamento histórico e a perda esperada para as operações de créditos, de acordo com as melhores práticas internacionais, entre outras informações.

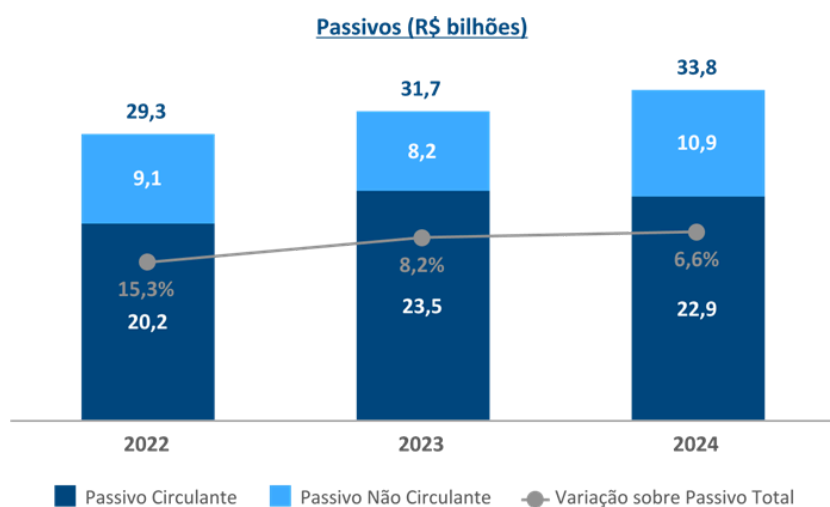
Em 2024, o saldo de imobilizado e intangível era de R\$ 4,7 bilhões e apresentou uma redução de 12% em relação a R\$ 5,9 bilhões do exercício anterior. Esta redução se deve, principalmente, pela baixa dos veículos da controlada Mobitech Locadora de Veículos S.A. (“Mobitech”), bem como o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável de veículos. Em 2022, o saldo de imobilizado era de R\$ 6,0 bilhões.

Adicionalmente, os investimentos em ativos intangíveis e imobilizados totalizaram 0,4 bilhão em 2024, 0,5 bilhão em 2023 e R\$ 0,6 bilhão em 2022 e foram direcionados, principalmente, para projetos de inovação e transformação digital, tais como Auto 2.0, que simplifica o processo de cotação de seguros; nosso Hub de Vendas, que permite numa única Plataforma digital a compra de produtos Porto; o Projeto R3, com a finalidade de incorporação da Azul, além dos investimentos

recorrentes em segurança da informação, desenvolvimento de sistemas, aquisição de licenças de software e infraestrutura de hardware, como servidores e notebooks, destinados ao aprimoramento e controle de processos de renovação tecnológica da Companhia.

O saldo de custo de aquisição diferido também apresentou variações significativas nos últimos exercícios. Em 2024 encerrou com R\$ 1,5 bilhão saldo 53% maior que o encerrado em 2023 de R\$ 1,0 bilhão, que foi maior que o saldo encerrado em 2022 de R\$ 0,5 bilhão. O montante em 2024 refere-se principalmente a receita de taxa de adesão dos grupos de consórcio e despesas de comissionamento que são reconhecidos com base no prazo médio de vigência dos grupos de consórcio, decorrente do crescimento ocorrido no segmento de consórcio nos últimos anos.

A Companhia tem ampliado e aprofundado os esforços para aumentar a eficiência operacional através de investimentos em tecnologia que visam proporcionar um crescimento sustentável das atividades da Companhia ao longo dos próximos anos, apoiado em sistemas e processos modernos e eficientes. Esses investimentos são realizados majoritariamente por meio de recursos próprios.



Os principais passivos da Companhia estão apresentados abaixo:

Os passivos financeiros totalizaram R\$ 17,2, bilhões, R\$ 15,8 bilhões e R\$ 14,9 bilhões nos exercícios de 2024, 2023 e 2022 respectivamente.

Os passivos de contrato de seguros totalizaram R\$ 10,4 bilhões, R\$ 10,6 bilhões e R\$ 10,0 bilhões nos exercícios de 2024, 2023 e 2022 respectivamente. Vale ressaltar que desde de 1º de janeiro de 2023, para fins de consolidação, a Companhia adotou o IFRS 17 – CPC 50 Contratos de Seguros que trouxe uma série de novos requerimentos de mensuração e divulgação, em substituição ao IFRS 4 – CPC 11 – Contratos de Seguros, cujo as empresas impactadas foram as controladas Porto Cia, Porto Vida e Previdência, Porto Seguro Uruguai, Porto Saúde, Portomed, Azul Seguros e Itaú Auto e Residência.

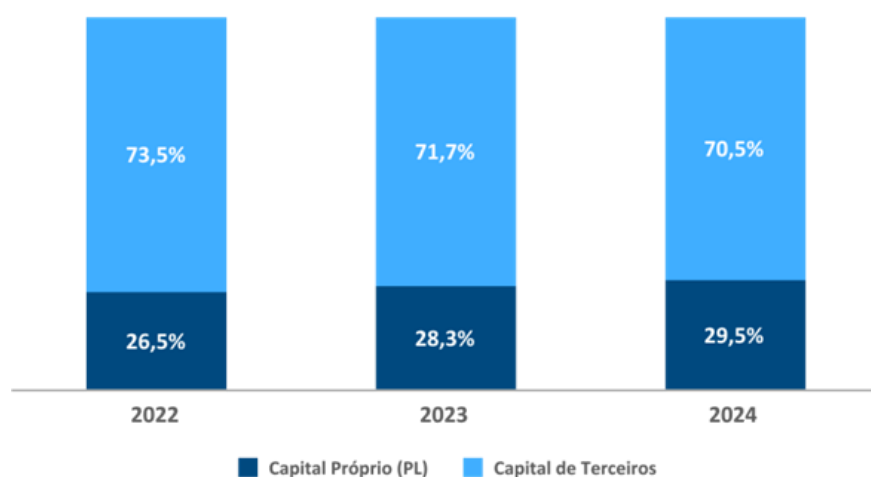
Dadas as atividades da Companhia serem em grande parte reguladas por órgãos como a Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), Banco Central do Brasil (“BACEN”) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), as controladas possuem exigências de capitais mínimos regulatórios, para os quais a Companhia possui políticas específicas de monitoramento. Os capitais mínimos regulatórios (“CMR”) somaram em 2024 R\$ 7,2 bilhões, um aumento de 9% em comparação ao ano de 2023 que somou R\$ 6,6 bilhões e R\$ 5,8 bilhões em 2022, e para estas necessidades de capitais, a Companhia possui excedentes nos últimos três exercícios sociais, com R\$ 3,3 bilhões em 2024, R\$ 2,9 bilhões em 2023 e R\$ 1,6 bilhão em 2022.

b) estrutura de capital:

A Administração entende que a atual estrutura de capital é compatível com seus níveis de endividamento. Segue composição dos últimos três exercícios sociais:

	Consolidado (Valores em R\$ Milhões)					
	2022	%	2023	%	2024	%
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	10.578,4	26,5%	12.497,8	28,3%	14.145,4	29,5%
Capital de Terceiros	29.336,0	73,5%	31.741,8	71,7%	33.768,3	70,5%
Passivo circulante	20.263,3	50,8%	23.490,2	53,1%	22.875,0	47,7%
Passivo não circulante	9.072,7	22,7%	8.251,6	18,7%	10.893,3	22,7%
	39.914,4	100,0%	44.239,6	100,0%	47.913,7	100,0%

Estrutura de Capital - Consolidado



c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

O fluxo de caixa operacional da Companhia tem sido suficiente para honrar seus compromissos financeiros, sendo mantidos excedentes de níveis prudentes e monitorados constantemente, dentro de sua política de apetite ao risco.

A estrutura normativa dos segmentos de seguros, saúde suplementar, previdência complementar, operações financeiras e consórcio de bens, à qual a maioria das controladas da Companhia estão sujeitas, exigem que sejam constituídas provisões técnicas e mantidas margens de solvências adequadas para essas operações. Essas provisões são determinadas com base em premissas atuariais e em metodologias estabelecidas em notas técnicas ou relatórios atuariais apresentados à SUSEP e à ANS. A tabela a seguir demonstra os recursos disponíveis para o pagamento dos compromissos financeiros assumidos:

	Consolidado (Valores em R\$ Milhões)					
	2022	%	2023	%	2024	%

Passivo total	29.336,0		31.741,8		33.768,3	
Passivos de contratos de seguros	9.952,3	33,9%	10.636,2	33,5%	10.428,8	30,9%
Passivos financeiros	14.937,6	50,9%	15.847,5	49,9%	17.224,2	51,0%
	24.889,9		26.483,7		27.653,0	
Caixa e equivalentes de caixa	2.433,9	8,7%	1.105,4	3,4%	2.191,5	6,2%
Operação de crédito	11.758,4	42,3%	13.138,0	40,8%	14.856,6	41,9%
Aplicações financeiras	13.635,8	49,0%	17.979,9	55,8%	18.428,2	51,9%
	27.828,1		32.223,3		35.476,3	

Adicionalmente, o Grupo Porto acompanha continuamente os seus níveis de capitais, reportando frequentemente à Administração a adequação do capital mínimo, nas classificações estabelecidas.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas:

O montante de R\$ 17.224,2 milhões em 2024 é composto principalmente por: (i) operações de cartão de crédito; (ii) recursos de aceites e emissão de títulos; (iii) debêntures, empréstimos e nota comercial; (iv) passivos de capitalização; e (v) captação de recursos – depósitos.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

A Companhia avalia continuamente oportunidades de otimização de capitais a fim de obter a melhor estrutura de capitais para cada um de seus negócios, de acordo com políticas e estratégias definidas pela Administração. Com este propósito, pode ser que a Companhia venha a renovar e ampliar as captações, empréstimos e financiamentos já obtidos.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

	Consolidado		
	Valores em R\$ Mil		
	2022	2023	2024
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	3.672,4	3.781,1	4.002,3
Depósitos interfinanceiros (b)	51,4	314,3	227,6
Outros (c)	2.206,9	1.095,1	441,9
	5.930,7	5.190,5	4.671,8

(a) Captação de recursos da controlada Portoseg, remunerados com base no CDI;

(b) Referem-se aos depósitos interfinanceiros, depósitos com garantia especial e depósitos com certificados da controlada Portoseg; e

(c) Referem-se às operações da controlada Mobitech, cuja liquidação se deu no primeiro trimestre de 2025; financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da controlada Porto Cia e nota comercial da Porto Consórcio.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, que não as já informadas anteriormente.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Parte substancial dos passivos da Companhia referem-se a passivos de contratos de seguros (30,09% em 2024, 33,5% em 2023 e 33,9% em 2022 para os quais existem ativos garantidores de provisões técnicas, conforme demonstrado no item 2.1(c). Adicionalmente, são realizados depósitos para determinadas provisões judiciais, de acordo com a natureza das ações e/ou determinação judicial.

Para os demais passivos não há grau de subordinação entre os diversos credores.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

No fim do exercício de 2024, a controlada Mobitech possuía empréstimos que incluíam cláusulas restritivas caracterizando vencimento antecipado em caso de: (i) falta de pagamento no dia do vencimento; (ii) protesto de títulos que gerassem prejuízos à capacidade de pagamento das obrigações referentes ao contrato; (iii) falência, insolvência civil, recuperação judicial ou extrajudicial; (iv) declarado vencido pagamento ao credor de qualquer espécie; (v) ocorrência de reorganização ou (vi) transformação societária ou transferência de controle acionário que não fosse dentro do grupo econômico. Nos contratos de financiamentos da Mobitech, também havia *covenants* financeiros, incluindo limites de dívida líquida sobre o patrimônio líquido, dívida líquida sobre o EBITDA, dentre outros.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Os contratos de captação e financiamento em moeda estrangeira, bem como o contrato de empréstimo para capital de giro da Mobitech consomem parte dos limites disponibilizados.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

	Consolidado						A · V. 2 0 2 4
	Valores em R\$ Mil						
	Ref	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	A.H. 2024 x 2023 (%)	A.H. 2024 x 2023 (R\$)	A.V. 2023	
Receitas							
Receita de contrato de seguro		26.352.305	28.363.063	7%	2.010.758	81%	8 0 %

Receita de operações de crédito		3.316.036	3.701.018	10%	384.982	10%	100%
Receita de prestação de serviços	(i)	2.646.648	3.084.116	14%	437.468	8%	9%
Receita com títulos de capitalização		80.088	95.269	16%	15.181	0%	0%
Outras receitas operacionais		210.468	218.475	4%	8.007	1%	1%
Equivalência patrimonial		(8.007)	33.277	124%	41.284	0%	0%
		32.597.538	35.495.218	8%	2.897.680	100%	100%
Despesas							
Despesa de contrato de seguro		(20.017.663)	(21.614.392)	7%	1.596.729	61%	61%
Despesa líquida com contratos de resseguros/retrocessões		(73.070)	(56.044)	-30%	(17.026)	0%	0%
Custos de aquisição - outros		(476.665)	(773.506)	38%	296.941	1%	2%
Despesa administrativa		(4.662.138)	(5.322.697)	12%	660.559	14%	15%
Despesa com tributos		(980.753)	(1.068.913)	8%	88.160	3%	3%
Custo dos serviços prestados		(284.188)	(241.062)	-18%	(43.126)	1%	1%
Outras despesas operacionais		(3.296.370)	(3.319.018)	1%	22.648	10%	9%
		(29.790.847)	(32.395.732)	8%	2.604.885	91%	91%
Resultado financeiro	(ii)	736.340	845.080	13%	108.740	2%	2%
Lucro líquido do exercício		2.314.857	2.690.782	14%	375.925	7%	8%

(i) Receita de prestação de serviço: Essa receita teve impacto decorrente das receitas de administração de consórcios que totalizaram 1.118,9 milhões em 2024, com aumento de 46,0% em relação aos R\$ 764,4 milhões em 2023. O número de cotas de consórcio administradas aumentou 29,5%, passando para 408 mil em 2024, em relação aos 314,8 mil em 2023. Além disso, as demais receitas de prestação de serviço totalizaram R\$ 1.965,1 milhões em 2024 com um aumento de 4% em relação aos R\$ 1.882,2 milhões em 2023, sendo as principais receitas provenientes do aumento: (i) R\$ 506 milhões nas receitas da CDF S.A., que é uma plataforma de serviços que oferece soluções para consumidores finais por meio de parcerias com varejistas, telecom, "utilities" e seguradoras; (ii) R\$ 103 milhões das receitas da Porto Assistência Participações, são relacionados à prestação de serviços de assistência 24 horas, manutenção e reparos veiculares, serviços

complementares ou correlatos à atividade de seguros, e (iii) 64 milhões nas receitas da Unigás, especializada em instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

(ii) **Resultado financeiro:** Em 2024 houve as seguintes variações: (i) redução de 22,2% em receita financeira decorrente do reconhecimento da marcação gerada na rolagem da carteira de ativos financeiros com reconhecimento da marcação a mercado e (ii) sendo compensado pela liquidação dos empréstimos com melhora na despesa financeira em 58,1%.

Abaixo, a demonstração do resultado do exercício de 2022:

	Dezembro de 2022	A.V. 2022
Receitas		
Receita de contrato de seguro	21.431.383	81%
Receita de operações de crédito	2.942.924	11%
Receita de prestação de serviços	1.973.198	7%
Receita com títulos de capitalização	67.368	0%
Outras receitas operacionais	213.859	1%
Equivalência patrimonial	(26.210)	0%
	26.602.522	100%
Despesas		
Despesa de contrato de seguro	(17.786.776)	67%
Despesa líquida com contratos de resseguros/retrocessões	(32.483)	0%
Custos de aquisição - outros	(343.537)	1%
Despesa administrativa	(3.960.107)	15%
Despesa com tributos	(712.105)	3%
Custo dos serviços prestados	(302.402)	1%
Outras despesas operacionais	(2.626.708)	10%
	(25.764.118)	97%
Resultado financeiro	484.269	2%
Lucro líquido do exercício	1.157.414	4%

Demonstração do Fluxo de Caixa

	Valores em R\$ Mil			
	Ref	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	A.H. 2024 x 2023 (%)
				A. H. 2024 x 2023 (%)
				(R \$)

					2.3
					45.
					32
Caixa líquido atividades operacionais		69.766	2.415.087	97%	1
					41
					3.7
Caixa gerado nas operações		2.588.400	3.002.137	14%	37
					37
					5.9
Lucro líquido do exercício		2.314.857	2.690.782	14%	25
					2.1
					50.
					89
Variações nos ativos e passivos (i)		(1.416.407)	734.488	293%	5
					(21
					9.3
Outros (ii)		(1.102.227)	(1.321.538)	17%	11)
					16
					0.6
Caixa líquido atividades de investimento (iii)		72.190	232.841	69%	51
					(1.
					63
					4.0
Caixa líquido atividades de financiamento (iv)		(1.470.461)	(1.561.837)	105%	27)
					2.4
					14.
					59
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.328.505)	1.086.091	222%	6

(i) Ativos e passivos as principais variações foram nos saldos de aplicações financeiras que em 2023 teve uma variação negativa de R\$ 4.344 milhões e em 2024 essa variação positiva foi de R\$ 3.896 milhões.

Os saldos de impostos e contribuições a recolher apresentaram um aumento relevante, em 2023 encerrando em R\$ 889 milhões e em 2024 a variação foi de R\$ 510 milhões, ambas positivas.

Os saldos de passivos de contratos de seguros e resseguros apresentaram uma variação, em 2023 era R\$ 207 milhões negativo e em 2024 o saldo é de R\$ 634 milhões positivo.

(ii) Outros (ii) Destaca-se o pagamento menor de juros sobre captação de recursos, em 2023 era 350 milhões e em 2024 pagamos R\$110 milhões.

(iii) Atividades de Investimentos: A variação mais significativa que temos nesse grupo refere-se à aquisição intangível. Em 2023, a movimentação no fluxo de caixa foi de R\$572 milhões, enquanto que em 2024 foi de R\$ 283 milhões, ambas negativas.

(iv) Atividades de Financiamento: Em 2024 tivemos variação relevante de R\$ 1.269 milhões devido ao pagamento de empréstimos e financiamentos e arrendamentos, o saldo em 2024 foi de R\$ 1.664 milhões, enquanto em 2023 foi de R\$ 3.456 milhões, ambos negativos.

	Consolidado
	Valores em R\$ Mil
	Dezembro de 2022
Caixa líquido atividades operacionais	2.850.592
Caixa gerado nas operações	2.136.459
Lucro líquido do exercício	1.157.414
Variações nos ativos e passivos	1.335.352
Outros	(621.219)

Caixa líquido atividades de investimento	(1.526.193)
Caixa líquido atividades de financiamento	(291.325)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.033.074

2.2 RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIRO

a) resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

2024

O ano de 2024 terminou com o lucro crescendo 17% vs. 2023. A melhora da performance é resultado da estratégia de diversificação e fortalecimento das quatro unidades de negócio do ecossistema Porto. As receitas avançaram 13%, atingindo R\$ 37 bilhões. Em clientes ativos, a Porto atingiu a marca de 18 milhões.

Desempenho das unidades de negócio, comparadas a 2023:

Seguros: expansão de 3% prêmios na Porto Seguro, com destaques para os segmentos Patrimonial (+12%) e Vida (+9%). No Auto, os prêmios e a frota segurada aumentaram 1%. O Índice Combinado foi de 89%.

Saúde: a Porto Saúde apresentou crescimento de 24% no número de vidas do Seguro Saúde, atingindo 675 mil beneficiários; e +27% no Odonto, que alcançou 995 mil. Esses números contribuíram para o aumento de 44% nas receitas. O Índice Combinado do ano foi de 92%, registrando melhora de 4 p.p. O lucro gerencial obtido no período foi de R\$ 394 milhões (+96%).

Bank: a receita do Porto Bank avançou 23% em 2024, com crescimento em todas as linhas de negócios: Consórcio (+38%), Capitalização (+20%), Riscos Financeiros (+18%) e Cartão, Financiamento e Empréstimos (+20%). A inadimplência das operações de crédito acima de 90 dias recuou para 5,2%, uma melhora de 1,4 p.p. em relação ao fim de 2023. Esse desempenho resultou em um crescimento de 53% no lucro líquido gerencial anual, totalizando R\$ 632 milhões em 2024.

Serviços: A Porto Serviço registrou R\$ 2,5 bilhões em receita e realizou 5,2 milhões de atendimentos no ano, com destaque para o crescimento das vendas ao consumidor final e parcerias estratégicas, que somadas já representam 24% do faturamento.

A receita das aplicações financeiras (excluindo Previdência, ALM de carteiras e rolagem de títulos) foi de R\$ 1,2 bilhão, alcançando uma rentabilidade equivalente a 85% do CDI, impactada pelo desempenho das alocações em ações e em pré-fixados. O resultado financeiro gerencial líquido foi de R\$ 919 milhões.

2023

Em 2023, o Grupo Porto apresentou um lucro líquido recorrente de R\$ 2,3 bilhões, o dobro do registrado no período anterior.

A receita total registrou um crescimento significativo, alcançando R\$ 32,4 bilhões, um aumento de 22,6% em relação ao período anterior.

Na vertical seguros, os prêmios avançaram 12,1%, atingindo R\$ 20,9 bilhões no período, explicado principalmente pelas adequações na precificação no seguro Auto, em decorrência do aumento nos preços dos veículos e pela estratégia de aceleração das vendas em determinadas praças, o que contribuiu para um crescimento de 245 mil veículos na frota segurada nos últimos 12 meses (+4,3% vs. 2022). No consolidado dos Seguros Patrimoniais, o crescimento dos prêmios foi de 18,2%,

impulsionado pelo seguro Residencial (+17,2% vs. 2022), favorecido pelo desempenho do canal bancário e pelo seguro Empresarial (+24,4% vs. 2022), beneficiado pelo desempenho de vendas e pelas adequações na precificação, reforçando a liderança da Porto Seguro neste segmento. No seguro de Vida, a expansão de prêmios foi de 15,6%, com crescimento de duplo dígito em todos os segmentos (Individual, Coletivo, Viagem e Prestamista). A sinistralidade consolidada da vertical foi de 49,4%, uma melhora de 7,7 p.p., resultado das adequações de tarifas realizadas, aperfeiçoamento nos modelos de subscrição e de uma tendência mais favorável nos preços dos carros que integram a frota segurada, exemplificado pela redução no valor de tabela FIPE, diminuindo a pressão sobre os valores indenizados. Vale ressaltar também que a busca por melhorias operacionais para diminuir os custos de sinistros também gerou frutos, reduzindo a sinistralidade.

Na vertical Saúde, houve um crescimento de mais de 30% (+38,4% vs. 2022) em seu faturamento pelo segundo ano consecutivo, favorecida pelo aumento de 129 mil vidas no seguro Saúde em comparação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 543 mil vidas (+31,3% vs. 2022). O desempenho observado foi fruto da continuidade do trabalho de ativação de corretores para venda do produto Saúde, de investimentos em tecnologia, e da manutenção das taxas de renovação, além de uma maior exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde melhorou 2,7 p.p. vs. 2022 beneficiada pelas iniciativas de adequação tarifária, ações para redução de fraudes e aperfeiçoamento na subscrição de riscos.

Na vertical Bank, as receitas dos principais negócios obtiveram um crescimento consolidado de 11,8% vs. 2022. Destaque para a expansão de 26,9% no Consórcio, favorecido pelo desempenho das campanhas de venda e retenção. O Cartão de Crédito e Financiamento por sua vez tiveram elevação de receita de 11,0%. A inadimplência acima de 90 dias reduziu 0,5 p.p., em comparação ao mesmo período em 2022, permanecendo abaixo da média de mercado e apresentando queda nos últimos meses do ano, decorrente do trabalho realizado de gestão de risco e qualidade da carteira, com foco nos clientes que possuíam relacionamento com a Porto, além da melhora observada no mercado.

2022

Em 2022, a Companhia manteve um crescimento significativo nas receitas, totalizando R\$ 18,9 bilhões, um aumento de 27,4% em relação a 2021, impulsionado principalmente pelo seguro Auto em razão da estratégia de aceleração das vendas em determinadas praças, das adequações de tarifas e do desempenho favorável dos seguros Patrimoniais e de Vida.

O índice combinado da Vertical Seguros melhorou substancialmente, atingindo 89,6%, explicado principalmente pela melhor sinistralidade alcançada no ano nos seguros de Auto, Patrimonial e de Vida. A maior contribuição foi proveniente do Auto, que obteve uma melhora gradativa ao longo de 2022 decorrente do aprimoramento na subscrição de riscos, recomposição tarifária e aumento no controle de sinistros.

Na Porto Saúde, o crescimento das receitas de R\$ 3.271,7 milhões foi alavancado pela expansão de 45,5% nos prêmios do seguro Saúde, cuja carteira obteve um incremento de 64 mil vidas em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando 413 mil vidas. Ao longo do ano, a vertical avançou na ativação de corretores, nos investimentos em tecnologia e no aumento da exposição da marca. A sinistralidade do Seguro Saúde melhorou significativamente, decorrente do menor impacto de custos com a Covid-19 e da redução de internações, além das medidas de aprimoramento na subscrição e recomposição tarifária.

No Porto Bank, as receitas totalizaram R\$ 3.562,0 milhões, aumento de 26,9% (vs. 2021), com ênfase para a expansão nas Operações de Crédito e ampliação de mais de 250 mil negócios, impulsionado principalmente pelo Cartão de Crédito, Consórcio e Fiança Locatícia. Considerando o

cenário macroeconômico desafiador, a Companhia ficou ainda mais rigorosa nas políticas de concessão, privilegiando o crédito para clientes que possuíam relacionamento com a Companhia e instrumentos de cobrança que elevaram a recuperação de clientes devedores.

Nos demais negócios, a desaceleração no crescimento do Carro por Assinatura foi decorrente das iniciativas que buscavam recompor a rentabilidade da carteira, preservando nas renovações os contratos de melhor qualidade. Além disso, a Companhia seguiu reforçando parcerias estratégicas com o objetivo de gerar valor através da ampliação da oferta de serviços para novos públicos e segmentos. O resultado financeiro atingiu R\$ 460 milhões.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

2024, 2023 e 2022

Na operação de seguros, o principal negócio da Companhia, o processo de precificação é dinâmico e considera diversas variáveis (nível de risco, taxa de juros projetada, volumes, custo dos insumos, entre muitas outras). A Companhia tem desenvolvido soluções para aumentar a conversão de vendas e assim ampliar sua base de clientes. Os modelos de aceitação estão sendo aperfeiçoados de modo a intensificar a exploração do portfólio de produtos existentes e assim realizar mais ativamente ofertas alinhadas com o perfil e a necessidade de cada cliente.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

2024

No ano de 2024, a receita financeira foi de R\$ 1,6 bilhão, o que representou uma queda em relação ao ano anterior. No ano o resultado financeiro foi de R\$ 919 milhões, representando uma redução de 10% em relação aos R\$ 1.020 milhões em 2023 e gerando uma rentabilidade de 8,4% (85% do CDI).

2023

No ano de 2023, a receita financeira foi de R\$ 2 bilhões, o que representou um aumento de 42,7% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 1.020 milhões, representando aumento em relação aos R\$ 460 milhões em 2022 e gerando uma rentabilidade de 11,4% (88% do CDI).

2022

No ano de 2022, a receita financeira foi de R\$ 1,4 bilhão, o que representou um aumento de 22,0% em relação ao ano anterior. No ano, o resultado financeiro foi de R\$ 460 milhões. A carteira total de aplicações financeiras, excluindo os recursos de reservas técnicas previdenciárias, atingiu (R\$ 10,3 bilhões) e gerou uma rentabilidade de 8,47% (68% do CDI).

2.3 MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS/OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

2024

Em 31 de dezembro de 2024 não houve alterações nas principais políticas contábeis da Companhia.

2023

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia passou a adotar a IFRS 17 que trouxe mudança nas práticas contábeis da Companhia com relação ao reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguros, substituindo a norma até então vigente, o IFRS 4 / CPC 11 – Contratos de Seguros.

Em consonância com o requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, tais mudanças de práticas requerem a aplicação retrospectiva de forma a ajustar os exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação com o exercício atual, se ajustados a partir do início do exercício mais antigo apresentado, sendo o ajuste registrado em Reservas de lucros, refletidos no Investimento da Controladora.

Além dos saldos de transição, houve o ajuste referente ao Custo Inicial de Contratação (CIC), uma vez que os saldos de custos de aquisição já estão refletidos nos Fluxos de Caixa Estimados de acordo com a norma. Para não haver duplicidade contábil, a CIC foi ajustada nesta transição, de acordo com o CPC 23, conforme parágrafo anterior.

O saldo ajustado na transição em 31 de dezembro de 2021 está apresentado abaixo:

TRANSIÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
	R\$ Mil
Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2021	9.364.728
Resultado Operacional	150.662
Reconhecimento "Other Comprehensive Income" - OCI	(28.534)
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(48.146)
Total de ajuste na aplicação inicial do IFRS 17	73.982
Baixa Custo Inicial de Contratação - CIC	(330.250)
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	132.100
Total de ajuste da baixa da CIC	(198.150)
Patrimônio Líquido após aplicação inicial do IFRS 17 e CIC	9.240.560

(*) Alíquotas utilizadas de 25% de IR, 15% de CS (para a Portomed 9% de CS) e 25% para a Porto Uruguai.

2022

Em 31 de dezembro de 2022 não houve alteração nas principais políticas contábeis da Companhia, exceto pela alteração das Provisões Judiciais, Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais, onde os

depósitos judiciais diretamente vinculados às provisões para processos de natureza fiscal, cível e trabalhista passam a ser apresentados pelo valor bruto no Balanço Patrimonial.

A Companhia efetuou as reclassificações dos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2021.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no parecer do auditor

2024

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

2023

Em 31 de dezembro de 2023, constou no parecer do auditor parágrafo de ênfase relacionado a reapresentação dos valores das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, em decorrência da mudança nas políticas contábeis de seguros, em decorrência da adoção do IFRS 17 (CPC 50) Contratos de Seguros, considerando as orientações da CVM e conforme previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. A opinião dos auditores independentes não contém modificação relacionada a esse assunto.

2022

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve ressalvas ou ênfases no parecer do auditor independente.

2.4 EFEITOS RELEVANTES NAS DFS

a. introdução ou alienação de segmento operacional.

A Companhia não introduziu ou alienou nenhum segmento operacional que tenha causado ou que venha causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras. A composição dos segmentos reportáveis estão descritos a seguir:

2024

- **Vertical Seguro:** compreendem principalmente seguros de Automóveis, Patrimonial, Vida e Previdência no Brasil e Uruguai.
- **Vertical Saúde:** compreendem principalmente os negócios de Saúde, Odonto e Serviços em Saúde.
- **Vertical Bank:** compreendem principalmente os negócios de Cartão de Crédito, Financiamento, Riscos Financeiros, Capitalização, Consórcio e Gestão de Ativos.
- **Vertical Serviço:** compreendem os negócios da Parceria Porto Seguro, Parcerias Estratégicas e B2C.
- **Demais negócios:** compreendem principalmente os negócios de Atendimento, Mobitech, Porto Seguro Serviços e Comércio, Renova, Gestão de Recursos e Holding.

2023

A Companhia não introduziu ou alienou nenhum segmento operacional que tenha causado ou que venha causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

2022

A Companhia não introduziu ou alienou nenhum segmento operacional que tenha causado ou que venha causar efeitos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

2024

I. Reorganizações societárias - Incorporações

Em 29 de fevereiro de 2024, a CDF Ltda. incorporou a Porto Assistência. A partir de então, todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela Porto Assistência passaram a ser desenvolvidos pela CDF Ltda. Em 31 de agosto de 2024, a CDF S.A. incorporou a CDF Ltda, e todos os negócios e atividades que antes eram desenvolvidos pela CDF Ltda, passaram a ser desenvolvidos pela CDF S.A..

Em razão destas incorporações, as subsidiárias Porto Assistência e CDF Ltda. foram extintas.

2023

I. Aquisição da UNIGÁS

Em 29 de agosto de 2023, conforme divulgado em Fato Relevante, houve a aquisição de 100% de participação da Fernandes e Fernandes – Sistemas de Aquecimento Ltda. (“Unigás”), por meio da Controlada Porto Serviços Ltda. (“Porto Serviços”).

A Unigás é uma empresa constituída há quase 30 anos, com ampla experiência e especialização na área de instalação de sistemas de aquecimento, gás natural e gás liquefeito de petróleo, assim como na realização de assistência técnica, manutenções, reparos e individualizações de medição de consumo.

Em 31 de outubro de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi concluída esta operação, sendo seu preço de aquisição de R\$ 19.046 mil.

O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos serão apurados com base na melhor estimativa da Administração, suportada pelo acordo de acionistas. O estudo técnico “Purchase Price Allocation” – PPA, está em fase de elaboração, e dentro do prazo permitido pela norma contábil.

2022

I. Cisão da Porto Assistência

A Porto Assistência passou a desenvolver as atividades de assistência cindidas da operação da Porto Cia (a partir de 1º de maio de 2022) e Porto Serviços (a partir de 1º de agosto de 2022). A cisão tem por finalidade concentrar negócios relacionados em uma mesma entidade e assim otimizar a sua gestão dentro do grupo Porto Seguro, além de ser uma condição precedente à combinação de negócios.

II. Conclusão da constituição Porto Assistência Participações

Em 1º de setembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que concluiu em 31 de agosto de 2022 a constituição da Porto Assistência Participações, mediante o aporte integral das ações da Porto Assistência e CDF a valor contábil histórico.

A Porto Assistência Participações é controlada pela Companhia e explora serviços de assistência automotiva e residencial, oferecidas hoje aos clientes do Grupo Porto, e também as soluções da CDF, uma empresa que possui o maior “*marketplace*” B2B2C de serviços do Brasil, com serviços de assistência, instalação e manutenção presencial, além de suporte remoto para consumidores dos segmentos de varejo, telecomunicações, “*utilities*”, seguros e mercado financeiro, criando uma das maiores empresas de serviços do país para diversos clientes através de diferentes canais de venda.

III. Constituição de "Joint Venture" de serviços médicos oncológicos

Em 17 de dezembro de 2022, a Companhia comunica em Fato Relevante a celebração, nesta data, de um Acordo para a constituição de uma “joint venture” de serviços médicos oncológicos, por meio de 40% de participação da Porto Serviços e Comércio e 60% de participação da Oncoclínicas.

Em 07 de junho de 2023, após aprovação pelo CADE e cumprimento das condições precedentes aplicáveis da operação, a Porto Serviços Comércio e a Oncoclínicas iniciaram parceria, através da Oncologia e Participações Ltda. (“Onkos”), em um modelo de cuidado integral ao paciente oncológico, garantindo elevada experiência na jornada do tratamento, excelência assistencial e eficiência operacional.

Por fim, a Porto Serviços e Comércio vendeu 60% da sua participação acionária na Onkos para a Oncoclínicas e poderá receber até R\$ 160 milhões por essa transação.

Em 31 de dezembro de 2023 foram reconhecidos R\$ 60 milhões como receita de alienação de participação societária, e o restante está condicionado ao cumprimento de metas contratuais.

c. Eventos ou operações não usuais.

Além dos itens descritos no item 10.3 b) deste documento, destacamos como eventos e operações não usuais:

2024

I. PIS e COFINS sobre receitas de juros sobre capital próprio

Em março de 2024, houve encerramento da discussão na qual a Companhia discutia a legalidade e a constitucionalidade da incidência do PIS e COFINS sobre valores recebidos à título de juros sobre capital próprio. O Em novembro de 2024, os valores depositados foram convertidos em renda para a União, tendo havido as respectivas baixas contábeis nas contas patrimoniais, no montante de R\$ 170.481.

2023

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía eventos ou operações não usuais a serem divulgadas nesta seção.

2022

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía eventos ou operações não usuais a serem divulgadas nesta seção.

2.5 MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a. informar o valor das medições não contábeis:

Não aplicável, em razão de não haver medições não contábeis, como Lajida ou Lajir, relativas às demonstrações financeiras da Companhia.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não aplicável, em razão de não haver medições não contábeis, como Lajida ou Lajir, relativas às demonstrações financeiras da Companhia.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não aplicável, em razão de não haver medições não contábeis, como Lajida ou Lajir, relativas às demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES AS DFS

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025 e sua divulgação ocorreu em 14 de fevereiro de 2025.

Não houve eventos subsequentes relevantes que impactassem o desempenho da Companhia após a aprovação das demonstrações financeiras.

2.7 DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

	2024	2023	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Reserva legal - constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.</p> <p>Reserva estatutária - reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social.</p>		

	Reserva legal: R\$ 132.242 mil.	Reserva legal: R\$ 113.307 mil.	Reserva legal: R\$ 56.742 mil.
a.i. Valores das Retenções de lucro	Reserva estatutária para investimentos: R\$ 1.194.080 mil.	Reserva estatutária para investimentos: R\$ 1.187.989 mil.	Reserva estatutária para investimentos: R\$ 624.530 mil.

<p>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</p>	<p>Reserva legal: 5%</p>	<p>Reserva legal: 5%</p>	<p>Reserva legal: 5%</p>
	<p>Reserva estatutária para investimentos: 27,16%.</p>	<p>Reserva estatutária para investimentos: 39,03%.</p>	<p>Reserva estatutária para investimentos: 37,42%.</p>
<p>b. Regras sobre distribuição de dividendos</p>	<p>De acordo com o estatuto social, serão destinados aos acionistas os dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido (da Controladora) do exercício ajustado.</p> <p>O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.</p>		

c. Periodicidade das distribuições de dividendos	No mínimo, anual.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não houve restrições ou regulamentação especial.
e) se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	Em 03 de fevereiro de 2021 foi divulgada Política de Destinação de Resultados da Companhia, revisada pelo Comitê de Auditoria e aprovada pelo Conselho de Administração, que está disponível em seu site de Relações com Investidores (https://ri.portoseguro.com.br/), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br)

2.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

iii. contratos de construção não terminada.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial na última demonstração financeira de encerramento do exercício social.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia não registrados em seu balanço patrimonial na última demonstração financeira de encerramento do exercício social.

2.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

b) natureza e o propósito da operação.

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, em razão de não haver itens não evidenciados nas últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

2.10 PLANOS DE NEGÓCIOS

a) investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

A Companhia investiu em (CAPEX) no montante de R\$ 367 milhões no ano de 2024 e segue investindo no ano de 2025 nos projetos de inovação e transformação digital que já estavam em andamento, tais como o Projeto R3, com a finalidade de incorporação da Azul, com diversos benefícios esperados de sinergia e desligamento de sistemas, Hub de vendas, que permite numa única Plataforma digital a compra de produtos Porto, o Projeto de conta PJ do Porto Bank, que viabilizará o atendimento à diversos stakeholders dentro e fora do ecossistema Porto; o Projeto de adequação à Reforma Tributária. Além disso, os investimentos recorrentes em segurança da informação, desenvolvimento de sistemas, aquisição de licenças de software e infraestrutura de hardware, como servidores e notebooks, destinados ao aprimoramento e controle de processos de renovação tecnológica da Companhia seguem acontecendo.

ii. fontes de financiamento dos investimentos:

A Companhia financia seus principais projetos de investimento com geração própria de caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

No fim do exercício de 2024, os ativos da controlada Mobitech estavam disponíveis para liquidação imediata, podendo ser vendidos a um potencial comprador no estado em que se encontravam, além do plano para venda dos ativos remanescentes no exercício 2025.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Conforme descrito no item 2.10 (a).

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não há novos produtos e/ou serviços em andamento, exceto pelos já divulgados e descritos no item 2.10 (a).

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ESG

Governança como base para a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio

O ano de 2024 representou um marco significativo para a Porto, com o avanço na estruturação da governança em sustentabilidade e o desenvolvimento de seu Plano Estratégico de Sustentabilidade para o período 2025-2030. Nesse contexto, foi consolidada uma abordagem robusta para assegurar que os temas ambientais, sociais e de governança (ASG) fossem integrados à estratégia de negócio e amplamente discutidos nos mais altos níveis da organização.

A criação do Comitê de Sustentabilidade, órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, foi um dos principais avanços nesse processo. Instituído ao final de 2023, o comitê é composto inicialmente por Bruno Campos Garfinkel, Patrícia Maria Muratori Calfat, Paulo Sérgio Kakinoff e Patrícia Quirico Coimbra. Em 2024, o comitê foi ampliado com a inclusão de membros externos independentes com ampla experiência em sustentabilidade, diversidade e inclusão, como Francisco José Pereira de Lima e Denise Lanfredi Tosetti Hills Lopes. Para mais informações sobre os membros do Comitê, consulte a [página](#) de Relação com Investidores.

Além disso, foi instituída a Comissão de Sustentabilidade e Diversidade, composta por nove diretores das unidades de negócio (Porto Seguro, Porto Saúde, Porto Serviços e Porto Bank) e de áreas corporativas estratégicas, como Jurídico, Governança, Financeiro e Gente e Cultura. Essa comissão tem o papel de garantir engajamento, integração e accountability para que a agenda de sustentabilidade avance de forma transversal e alinhada aos negócios.

Definição de dupla materialidade como base estratégica

Pela primeira vez, a Porto realizou o processo de dupla materialidade em 2024, composto por quatro etapas: estudo de contexto, consultas, priorização e validação. Este trabalho envolveu análises de tendências de sustentabilidade, benchmarking com grandes players, engajamento de stakeholders (entrevistas, grupos focais e workshops), consultas online e validação junto à alta liderança. Com base na materialidade e nos debates promovidos pelos comitês e comissões, a Porto estruturou sua **estratégia de sustentabilidade em pilares estratégicos claros**, com temas materiais associados e compromissos mensuráveis. Veja abaixo como está estruturado:

Pilar Estratégico	Descrição Pilar	Compromissos	Temas Materiais	Metas
Valorização do capital humano e impacto social	Fortalecer o desenvolvimento e inclusão das pessoas no ecossistema Porto e na sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos em educação, saúde e cultura para fortalecer comunidades. Promoção da diversidade, equidade e inclusão em todas as frentes. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento das comunidades locais Diversidade, inclusão e igualdade de oportunidades Engajamento e valorização das pessoas 	<ul style="list-style-type: none"> Até 2030, ter 40 milhões de recursos diretos investidos em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte. Até 2030, ter 30% de pessoas negras em cargos de liderança. Até 2030, ter 50% de mulheres em cargos de liderança.

Estratégia Climática e Circularidade	<p>Habilitar nossa organização para os desafios climáticos, aumentar a eficiência em nossas operações e desenvolver oportunidades ambientais nos nossos negócios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso com a transição energética e a redução das emissões de carbono • Incentivo à economia circular e uso eficiente de recursos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Descarbonização e Emissões de GEE • Gestão de Resíduos 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir em 40% as emissões absolutas de GEE dos escopos 1 e 2 do baseline de 2023. • Ter 100% da operação direta* abastecida por energia renovável (*por meio de autogeração e compra de certificados de energia renovável). • Dobrar a reciclagem de carros até 2030, baseline 2023.
Produtos e Soluções Sustentáveis	<p>Expandir o portfólio de produtos e serviços com atributos sustentáveis e de impacto positivo. Ter o compromisso de integrar o ESG em nossas decisões de negócios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de produtos que incentivem práticas responsáveis. • Fomento à inovação para gerar impacto positivo na sociedade e no meio ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Riscos Socioambientais e Climáticos • Produtos Sustentáveis, Inclusivos e de impacto • Investimentos Sustentáveis 	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2030, comercializar R\$ 13 Bi em produtos de impacto socioambiental positivo
Engajamento da Cadeia de Valor	<p>Encantar nossos stakeholders, engajando nas práticas e políticas da Porto, impulsionando o desenvolvimento sustentável.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação da transparência e responsabilidade nas relações comerciais. • Trabalho conjunto com fornecedores e parceiros para adoção de boas práticas em sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamento ético, integridade e compliance • Gestão da cadeia de valor • Satisfação do Cliente e Corretor e qualidade no atendimento • Segurança e privacidade de dados 	<ul style="list-style-type: none"> • Até 2030, obter o Selo Pró Ética para 3 empresas do Grupo. • Até 2030, ter 100% de fornecedores e parceiros de negócios monitorados em critérios ESG.

Este processo não apenas atende às exigências regulatórias da CVM nº 193 de 20 de outubro de 2023, incluindo alterações posteriores, mas também garante uma análise abrangente dos riscos e impactos do negócio, orientando o direcionamento estratégico e a alocação de recursos para iniciativas de maior impacto positivo.

2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTES O DESEMPENHO OPERACIONAL

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

As informações prestadas no Item 3 deste Formulário sobre as perspectivas e projeções dos negócios, são apenas previsões, as quais são baseadas nas expectativas atuais da Administração em relação ao futuro da Companhia. Tais expectativas estão altamente atreladas a condições de mercado, ao desempenho econômico geral do País, dos setores que a Companhia atua e dos mercados internacionais. Desse modo, os resultados podem diferir das projeções aqui divulgadas.

a. objeto da projeção.

As projeções são calculadas com base no Resultado Gerencial da Companhia, considerando:

- Prêmios/Receitas
- Sinistralidade
- Perda de Crédito
- Índice de eficiência e G&A
- Resultado Financeiro Consolidado
- Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social

b. período projetado e o prazo de validade da projeção.

O período projetado é o exercício de 2026, e o prazo de validade das projeções é o ano corrente, ou até que a Administração se manifeste de forma diferente.

c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle.



As expectativas divulgadas ao mercado têm como premissa o alinhamento às projeções orçamentárias da Companhia. Para garantir esse alinhamento, são avaliados os orçamentos anuais e a estratégia de diversificação dos negócios da Porto Seguro. Os intervalos das projeções divulgados são definidos de acordo com as expectativas da Administração da Companhia. Vale destacar que são realizadas análises periódicas da aderência entre as expectativas divulgadas e as possíveis revisões orçamentárias ou projeções internas de resultado que eventualmente possam ser realizadas em função de alterações de perspectivas macroeconômicas, do ambiente competitivo ou regulatório, de acordo com o disposto na regulação aplicável.

As projeções refletem meras expectativas da Administração com relação ao futuro dos negócios da Companhia e constitui dado hipotético que não representa, portanto, promessa de desempenho por parte da Companhia ou de sua Administração. A concretização dessas projeções dependerá de diversos fatores que escapam ao controle da Companhia, inclusive o comportamento dos consumidores dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia e fatores macroeconômicos, podendo os resultados efetivos diferirem substancialmente das projeções apresentadas.

d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Projeções para o exercício de 2026

Apresentamos, na tabela a seguir, as projeções da Porto Seguro S.A. para 2026, conforme Fato Relevante divulgado em 07 de maio de 2026:

 Porto Seguro	Range	Revisão	 Porto Saúde	Range	Revisão
Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2025)	+3% a +7%	mantido	Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2025)	+14% a +22%	mantido
Sinistralidade Vertical	50,5% a 54,5%	mantido	Sinistralidade Vertical	72% a 77%	mantido
Índice de G&A Vertical	10,0% a 10,6%	mantido	Índice de G&A Vertical	4,7% a 5,7%	mantido
 Porto Bank	Range	Revisão	 Porto Serviço	Range	Revisão
Receita Total Vertical ²	7,5 a 7,9 bi	mantido	Receita Total Vertical (R\$ bi)	2,6 a 2,9	mantido
Perdas de Crédito (R\$ bi)	-2,7 a -3,1 bi	mantido	Índice de G&A Vertical	9% a 10%	mantido
Índice de Eficiência ³	27% a 31%	mantido			
			Range	Revisão	
Resultado Financeiro (R\$ bi)			1,4 a 1,8	mantido	
Taxa efetiva ⁴			28% a 32%	24% a 28%	

(1) A Companhia esclarece que as projeções divulgadas refletem as expectativas da Administração com relação aos negócios da Companhia e não representa, portanto, promessa de desempenho ou resultado. A concretização dessas expectativas dependerá de diversos fatores, muitos deles externos à Companhia, podendo os resultados efetivos diferirem das projeções apresentadas. As projeções serão acompanhadas e revisadas pela Companhia, nos termos da regulação aplicável.

(2) Receita Total Porto Bank

Receita impactada por aprimoramento no método de diferimento de receitas e custos do Consórcio e agora líquida de despesas com Rewards e bandeiras.

(3) Novo Índice de Eficiência Porto Bank

Novo cálculo do Índice de Eficiência Porto Bank: (Despesas Operacionais e Administrativas Líquidas de Rewards e bandeiras) / (Receita líquida de tributos, Rewards e bandeiras – Despesa de Comercialização). Despesas como Rewards e bandeiras deixam de integrar despesas operacionais e passam a ser redutoras de receita em 2026.

(4) Taxa Efetiva:

Revisão da Taxa Efetiva decorrente da reversão de impostos diferidos sobre a mais-valia da aquisição de subsidiária após sua incorporação

3.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

As projeções disponibilizadas em 05 de fevereiro de 2026 foram substituídas pelas novas projeções listadas no Fato Relevante divulgado em 07 de maio de 2026.

b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Os resultados apresentados no exercício social de 2025 (já encerrado) se enquadraram nas projeções divulgadas em 11 de novembro de 2025, conforme o seguinte quadro:

PortoSeguro	Range	Realizado		PortoSauúde	Range	Realizado	
Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2024)	+2% a +5%	+3%	✓	Var. Prêmio Ganho Vertical (vs. 2024)	+25% a +40%	+29%	✓
Sinistralidade Vertical	51% a 55%	52%	✓	Sinistralidade Vertical	73% a 78%	75%	✓
Índice de G&A Vertical	10,0% a 10,5%	10,3%	✓	Índice de G&A Vertical	4,5% a 5,5%	5,0%	✓
PortoBank	Range	Realizado		PortoServiço	Range	Realizado	
Var. Receita Total Vertical (vs. 2024)	+20% a +28%	+25%	✓	Receita Total Vertical	2,4 a 2,6 bi	2,6 bi	✓
Perdas de Crédito (R\$)	-2,0 a -2,3 bi	-2,3 bi	✓	Índice de G&A Vertical	7,5% a 8,5%	7,4%	✓
Índice de Eficiência	32% a 34%	33%	✓				

Porto	Range	Realizado	
Resultado Financeiro (R\$)	1,2 a 1,4 bi	1,4 bi	✓
Taxa efetiva	28% a 32%	27%	✓

c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

As projeções divulgadas em 05 de fevereiro de 2026 seguem parcialmente válidas, dado que em 07 de maio de 2026 foi atualizado o intervalo de taxa efetiva, por a Companhia entender que as novas projeções refletem melhor o cenário atual e as perspectivas para a evolução dos negócios.

A Companhia esclarece que as projeções divulgadas refletem as expectativas da Administração com relação aos negócios da Companhia.

4.1 DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento referente a qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia. As atividades, situação financeira, resultados operacionais, reputação, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir e/ou por outros fatores de risco.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-lo adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou que ela considere irrelevantes na data deste Formulário de Referência, também poderão afetá-la adversamente.

Para fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter, ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significam que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, reputação, liquidez e/ou negócios futuros, bem como no preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Por fim, destaca-se que os riscos desta seção estão expostos conforme sua ordem de relevância, do mais relevante para o menos relevante, dentro de cada subitem, determinada pela administração da Companhia, com base nos cenários de risco aos quais a Companhia está exposta.

(a) Emissor;

As medidas de segurança de tecnologia da informação (“TI”) da Companhia e de suas controladas poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos, inclusive no que se refere à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar indisponibilidades nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas dependem de sistemas de tecnologia da informação para o desenvolvimento e monitoramento de suas atividades, sendo que esses sistemas são vulneráveis. A título exemplificativo, podem ocorrer falhas de rede, desastres naturais, sabotagem, vandalismo, ataques terroristas ou cibernéticos, erros de software, avarias, invasões físicas ou eletrônicas, e/ou vírus que podem resultar em fraudes, roubos e/ou destruição de informações em seus sistemas.

Qualquer ação praticada com o objetivo de burlar as medidas de segurança de tecnologia da informação da Companhia ou de suas controladas e de seus produtos e/ou de seus fornecedores teriam potencial para ocasionar a apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e de suas controladas e/ou de seus clientes que estejam armazenadas nos servidores da Companhia ou de suas controladas ou em nuvens públicas por ela homologadas.

Tais ações poderiam também provocar interrupções em serviços ou operações. Adicionalmente, as medidas de segurança de proteção de dados, próprios e de clientes, processados e armazenados pela Companhia e suas controladas, podem ser inadequadas ou insuficientes para impedir violações de segurança, incluindo ataques cibernéticos. Além disso, os sistemas de backup, planos de

continuidade de negócios e de recuperação de desastres, podem não cobrir todos estes eventos e sistemas usados.

Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais os aspectos críticos das operações da Companhia e suas controladas dependam poderá ter um efeito adverso sobre seus negócios, reputação, resultados operacionais e condição financeira. Além disso, a Companhia e suas controladas armazenam informações confidenciais relacionadas a seus produtos, processos, fornecedores, funcionários e clientes. Qualquer violação de segurança envolvendo a apropriação indevida, perda ou outra divulgação ou uso não autorizados de informações confidenciais de terceiros ou da Companhia e de suas controladas, poderá sujeitar a Companhia e suas controladas a penalidades civis e criminais, expor a Companhia e suas controladas a responsabilidades diversas perante os seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais, e/ou ter efeitos adversos nos negócios, reputação, situação financeira e resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Caso a Companhia e suas controladas sejam obrigadas a despendar significativos recursos financeiros e de outra natureza para se proteger da ameaça de quebras de segurança ou reparar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade nos seus sistemas internos de TI e/ou de seus clientes, seus negócios e suas receitas poderão ser negativamente afetados.

Ademais, incêndios ou outros desastres podem afetar as instalações e escritórios administrativos da Companhia e de suas controladas, incluindo bases de dados, o que poderá afetar adversamente atividades administrativas, armazenamento e processamento de dados corporativos, volumes de produção e, conseqüentemente, desempenho financeiro.

Para além disso, caso a Companhia e suas controladas não sejam capazes de efetuar os reparos ou realizar as atualizações necessárias tempestivamente em seus sistemas, e se essa eventual interrupção ou mau funcionamento se prolongar, as operações e os controles operacionais e financeiros podem ser prejudicados, afetando adversamente os resultados.

Para que possa atingir suas metas de crescimento, a Companhia e suas controladas precisam melhorar continuamente seus sistemas operacionais e financeiros, processamento de transações, procedimentos e controles, levando a custos e despesas adicionais ou problemas de integração, o que pode ter efeito adverso nos resultados financeiros.

Além disso, sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se a Companhia não conseguir atualizá-los corretamente, as suas operações poderão ser prejudicadas, o que pode lhe causar efeito adverso.

A Companhia incorre em Risco de Subscrição, os quais podem ter um efeito adverso significativo nos negócios.

As empresas seguradoras da Companhia gerem o risco de subscrição proveniente da operação de seguros em cinco tipos de riscos: (i) Risco de prêmios, gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento dos sinistros que ainda vão ocorrer naqueles compromissos já assumidos; (ii) Risco de provisão, gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões técnicas para fazer frente ao dispêndio financeiro com pagamentos dos sinistros já ocorridos; (iii) Risco de Retenção, gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos; (iv) Risco de aceitação, gerado a partir das regras e procedimentos inadequados para a aceitação de riscos e (v) Risco de prática de sinistros, gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

I. Risco de Prêmios

Os resultados da Companhia dependem significativamente da consistência entre os sinistros realmente ocorridos e as premissas que são utilizadas para a determinação de preços de produtos (prêmios de seguros) e das obrigações relativas a benefícios e sinistros futuros. Os passivos decorrentes das obrigações relativas a sinistros futuros são determinados com base no pagamento esperado de tais benefícios, calculados por meio de premissas de frequência de sinistros, severidade média, retorno de investimentos, mortalidade, incidência de morbidade, despesas administrativas, retenção de clientes, bem como determinados fatores macroeconômicos, como inflação e taxa de juros. Essas estimativas são baseadas em experiências passadas, projeções atuariais e modelos estatísticos, bem como avaliações feitas pela administração da Companhia e podem diferir da experiência real e, dessa forma, não se pode determinar precisamente os valores a serem definitivamente pagos para liquidar essas obrigações.

Na medida em que os sinistros reais sejam menos favoráveis do que as projeções, é possível que se tenha que aumentar as provisões de sinistros, o que pode gerar um efeito adverso sobre os resultados da Companhia.

II. Risco de Provisão

O processo de determinação das provisões técnicas está sujeito à incerteza quanto ao valor final para liquidação dos sinistros no futuro porque eles poderão ser influenciados por índices de atualização, mudanças na legislação e sinistros de responsabilidade civil facultativa que possuem maior cauda para desenvolvimento, especialmente quando sujeitos a decisões judiciais. O dimensionamento das provisões técnicas leva em consideração o histórico do desenvolvimento do valor dos sinistros desde a sua ocorrência até a sua liquidação definitiva, a utilização de metodologias atualizadas e reconhecidas pela comunidade atuarial e o entendimento dos processos e sistemas da Companhia, através do contato permanente com os departamentos operacionais de sinistros e subscrição. Entretanto, a fixação de um nível apropriado de provisões de sinistros é um processo inerentemente incerto. Os sinistros reais e as despesas de sinistros poderão divergir, em alguns casos significativamente, das estimativas de provisões refletidas nas demonstrações financeiras. Os sinistros reais podem ser maiores que os montantes provisionados devido a diversos fatores, incluindo o aumento no número de sinistros e custos mais altos para a liquidação dos sinistros existentes do que os custos inicialmente estimados. Se as perdas reais forem significativamente superiores às estimativas, a Companhia poderá ser exposta a um aumento significativo em suas provisões técnicas.

Particularmente nas operações de Vida e Previdência complementar o principal risco é o risco biométrico. As premissas atuariais e financeiras utilizadas podem não condizer com a experiência real de mortalidade e longevidade da nossa carteira de clientes e a taxa de juros real pode diferir da taxa projetada, podendo gerar um aumento significativo nas provisões técnicas.

Atualmente, a Companhia comercializa planos individuais e empresariais de previdência complementar. Os planos com garantia mínima de taxas de juros não são comercializados desde o final do ano de 2003, porém ainda há contratos vigentes nessas condições. O principal risco para esses planos é a garantia de remuneração mínima de IGPM + 6% a.a., que a depender da disposição de ativos financeiros no mercado financeiro que no cenário econômico atual pode gerar a necessidade de constituição de reserva adicional para cobrir potenciais déficits futuros do plano.

Para os demais planos não há taxa de juros contratada para os ativos e os passivos, sendo estas determinadas conforme a rentabilidade obtida na aplicação dos recursos.

III. Risco de Retenção

A contratação de proteções (resseguro, cosseguro entre outros) são realizadas para mitigar o risco de catástrofes e concentração de riscos de valor elevado. A contratação de resseguro não exime a Companhia do pagamento de suas obrigações caso a resseguradora não honre os contratos ressegurados.

A Companhia é responsável pelo pagamento dos sinistros aos seus segurados mesmo no caso em que as resseguradoras não cumpram com suas obrigações de acordo com o contrato de resseguro, onerando o resultado da Companhia.

A concentração das receitas no segmento de seguro automóvel pode tornar a Companhia mais sensível às condições desfavoráveis desse segmento.

A carteira de seguros da Companhia é composta por mais de dois terços dos prêmios de seguros no segmento de automóvel, qualquer condição de mercado desfavorável nesse segmento pode afetar seus negócios.

A concentração regional das receitas pode gerar um impacto negativo nos resultados da Companhia.

IV. Risco de Aceitação

A avaliação do risco abrange a possibilidade de poder estimar e atribuir um prêmio de risco conforme as características e comportamentos do risco, ou que possa ser avaliado por similaridade com outros riscos. O processo de aceitação do risco inclui a validação do risco em manuais internos de procedimentos que contemplam os riscos sem aceitação, riscos com restrições e limitações de valor em risco. As decisões quanto a liberação dos riscos classificados como “sem aceitação” é submetida à avaliação e parecer prévio da Diretoria de Produto . São exemplos riscos/situações que podem ser classificadas como Sem Aceitação: (a) Atividade empresarial em seguros patrimoniais ou pessoas; (b) Veículos em seguro de automóvel; (c) Tomadores de crédito em seguro de riscos financeiros; (d) Estados, cidades, regiões geográficas, etc.; (e) Emissão de apólices com valores que excedam os limites dos contratos de resseguro; (f) Emissão de apólices com valores que excedam os limites técnicos aprovados quando não houver cobertura de resseguro.

V. Risco de Prática de Sinistro

A regularização do sinistro, bem como a sua liquidação, é definida conforme descritas no contrato de seguro. As áreas de sinistros são perfeitamente alinhadas com a política de subscrição de risco, zelando pelo pagamento correto do sinistro, desde que amparado no contrato de seguro. Essas áreas atuam de forma a manter os manuais de regras e procedimentos completos, publicados e atualizados prevendo dentre outras situações, aquelas que devem ser submetidas a um processo de alçada para liberação.

A concentração das receitas no segmento de seguro automóvel pode tornar a Companhia mais sensível às condições desfavoráveis desse segmento.

A distribuição dos prêmios/faturamento da Companhia está representada por cerca de 40% do total no segmento auto, deste modo, qualquer condição que venha a desfavorecer a modalidade, acarretará em impactos relevantes para o negócio.

Adicionalmente, concentração regional das receitas pode gerar um impacto negativo nos resultados da Companhia, especialmente por questões de aumento dos índices de criminalidade ou climática.

A criação, aquisição ou integração de negócios envolvem certos riscos que podem impactar desfavoravelmente nos resultados da Companhia.

A Companhia possui uma estratégia de diversificação de seus negócios, a qual pode resultar no insucesso de novos projetos e que podem deteriorar o resultado da Companhia. Qualquer aquisição ou fusão de sociedades ou de ativos e a integração dessas sociedades ou desses ativos envolvem certos riscos, dentre os quais destacamos os relacionados a:

- Dificuldades nos processos de integração de novas redes, sistemas de informação, de pessoal, financeiros e de contabilidade, de riscos e outros sistemas de gestão, planejamento financeiro e elaboração de relatórios, produtos e bases de clientes em nosso negócio existente pode enfrentar dificuldades, fazendo com que incorramos em custos inesperados e despesas operacionais, além de gerar demandas adicionais à nossa administração;
- Materialização de passivos ou contingências inesperadas relacionadas com as instituições ou com os ativos adquiridos;
- Autoridades reguladoras e de defesa da concorrência podem impor restrições ou limitações nos termos da aquisição ou fusão, solicitar a alienação de certos ativos ou negócios ou recusar a aprovação de tal transação; e
- As sinergias operacionais e financeiras esperadas e outros benefícios provenientes de tais fusões ou aquisições podem não ser totalmente alcançados.

Na hipótese de não conseguirmos aproveitar as oportunidades de crescimento dos negócios, a redução de custos e outros benefícios que prevemos a partir de fusões e aquisições, ou incorrer em maiores custos de integração do que o estimado, os resultados das operações e nossa situação financeira podem ser afetados adversamente de forma relevante.

Condições adversas nos índices de criminalidade e catástrofes podem resultar em prejuízos inesperados.

O aumento nos índices de criminalidade no Brasil pode ter impacto direto nos sinistros, afetando significativamente algumas linhas de negócio da Companhia. Os crimes de roubo de veículos, de residências, de empresas, além de incidência de alagamentos, vendavais e outros eventos naturais ou sociais podem comprometer os negócios.

Podem ocorrer falhas em processos internos, erros humanos assim como fraudes internas ou externas, que nos expõem a perdas ou situações adversas.

Devido a operação da Companhia, que envolve inúmeros processos e colaboradores, podem ocorrer perdas devido a falhas no processamento de transações com clientes ou fornecedores dado inobservância de procedimentos, regras ou na própria gestão dos processos.

As partes internas podem tentar fraudar ou burlar regulamentos ou normativos legais com o objetivo de obter ganhos próprios ou de terceiros. Adicionalmente, terceiros também podem tentar roubar informações ou fraudar propostas ou sinistros de forma a obter vantagem em transação comercial.

Danos à nossa imagem e marca podem ocasionar na perda de negócios, assim como reduzir as perspectivas de crescimento.

Dependemos de nossa imagem e marca para a condução dos diversos negócios que possuímos em nosso portfólio. Nesse sentido, há diversos aspectos que podem causar danos à nossa marca e provocar perdas de negócios e percepção negativa junto aos clientes, fornecedores e demais stakeholders.

Incluimos nesses aspectos, mas não se limitando, vazamento de informações de clientes para o público, multas e penalidades impostas por reguladores e órgãos públicos, postura ética falha de

nossos colaboradores e administradores assim como terceiros, entre outros aspectos que podem não estar mapeados.

Podemos sofrer perdas na carteira de títulos e valores mobiliários devido ao não cumprimento pela contraparte, incluindo o governo federal brasileiro.

Assim como a grande maioria das demais seguradoras locais, parte relevante da carteira de investimentos é composta por títulos do governo federal brasileiro, que apesar de apresentarem baixo risco de crédito, pode, em última instância, não honrar os pagamentos acordados. Desta forma, podem ocorrer perdas ou redução do desempenho financeiro da Companhia dado a inadimplência.

Adicionalmente, o Grupo atua no mercado de financiamento, empréstimos e crédito por meio da PortoSeg. Assim, alterações no ambiente econômico local como piora do produto interno bruto, aumento do desemprego e endividamento das famílias pode elevar as perdas de crédito do Grupo.

Podemos sofrer perdas em nossas receitas financeiras devido a variações nas condições de mercado, incluindo mudanças nas taxas de juros, preços de ações, câmbio ou commodities.

Parte do resultado da Companhia é composto das receitas financeiras, as quais podem sofrer perdas devido a alterações nas condições de mercado. Ainda que tenhamos controles, limites definidos e cálculo de cenários de estresse para perdas para a gestão da carteira de títulos e valores mobiliários, não é possível estimar com precisão o nível de perda efetivo possível de que podemos incorrer em determinado momento futuro.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação aplicáveis e aos seus padrões de ética e conduta.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas às leis anticorrupção, que impõem responsabilidade objetiva às empresas, no âmbito cível e administrativo, por atos de corrupção e fraude praticados por suas subsidiárias, seus dirigentes, administradores, colaboradores ou ainda por terceiros agindo em seu benefício.

Os processos de prevenção e combate à corrupção, de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia e de suas controladas podem não ser capazes de evitar, prevenir, mitigar ou detectar (a) violações às leis anticorrupção, (b) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários, pessoas físicas e jurídicas contratadas e outros agentes que possam representar a Companhia, (c) mitigação dos riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, e (d) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos e morais, que possam afetar material e adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

A existência de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer dessas leis, no Brasil ou no exterior, contra a administração, funcionários ou terceiros que agem em nome da Companhia e de suas controladas podem resultar em multas e indenizações nas esferas administrativa e civil, além das penalidades no âmbito criminal aos indivíduos que concorrerem para a infração, ocasionando um efeito adverso relevante sobre a reputação, bem como sobre as operações da Companhia e suas controladas, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à lei anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas, o que poderá afetar material e

adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, ou a cotação de mercado de suas ações ordinárias de forma negativa.

(b) seus acionistas, em especial os acionistas controladores

A Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR") exerce o controle direto da Companhia, com poderes para direcionar os negócios, definir a política de gestão, de eleger e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, e de aprovar atos que sejam de competência da assembleia de acionistas, inclusive os que dizem respeito a reorganizações societárias e pagamento de dividendos. Os interesses da PSIUPAR podem, eventualmente, e ainda que sempre alinhados com o interesse social, não coincidir com os interesses de parte dos acionistas não controladores da Companhia.

(c) suas controladas e coligadas;

As sociedades controladas pela Companhia que estão sujeitas à regulação podem vir eventualmente a sofrer intervenção por parte dos referidos órgãos, o que poderia afetar diretamente a Companhia.

A Companhia pode ser adversamente impactada por decisões desfavoráveis em ações judiciais que tenham suas controladas como partes. O resultado das ações ainda pendentes de julgamento é incerto e a Companhia poderá, eventualmente, sofrer efeito adverso se suas obrigações relativas a essas ações judiciais excederem os montantes provisionados para essas contingências.

A controlada Portoseg CFI, que atua no mercado de financiamento, empréstimos e crédito, pode apresentar perdas de crédito acima das esperadas/provisionadas. As perdas de crédito podem aumentar em função de mudanças no ambiente econômico, tais como aumento do desemprego, alto endividamento das famílias ou mesmo crescimento da inflação. A relação de tais variáveis com as perdas efetivas não é constante e replicável a cada ciclo econômico. Os modelos de concessão de crédito, que analisam a probabilidade de perdas e ajudam a definir o valor a ser concedido (se algum) possuem imprecisões inerentes, mesmo quando utilizam vasta experiência passada e ferramentas de mercado de ponta.

As controladas reguladas pela SUSEP e ANS podem ter a frequência e severidade de sinistros reais maiores que os montantes provisionados devido a diversos fatores, incluindo o aumento no número de sinistros e custos mais altos para a liquidação dos sinistros existentes do que os custos inicialmente estimados. Se as perdas reais forem significativamente superiores às estimativas, a Companhia poderá ser exposta a um aumento significativo em suas provisões técnicas.

Eventual resultado negativo na operação de suas controladas, por razões macroeconômicas ou ligadas aos específicos e respectivos setores de atuação podem afetar negativamente também o resultado da Companhia.

(d) seus administradores;

A Porto é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. O Conselho de Administração tem a função primordial de estabelecer as diretrizes fundamentais da política geral da Companhia, verificar e acompanhar sua execução.

Compete ainda ao Conselho de Administração a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências, podendo o Conselho de Administração, dentro dos preceitos legais, delegar competências aos referidos Comitês.

O risco relacionado aos administradores está atrelado à estratégia sobre os trabalhos conduzidos pelos comitês internos. Este impacto poderá incorrer em perdas financeiras, dadas as alterações das

condições econômicas e de mercado.

(e) seus fornecedores;

A Porto Seguro S/A, por meio de suas controladas, oferece produtos e serviços a seus clientes, os quais dependem do relacionamento com fornecedores, prestadores e terceiros. Possuímos uma rede de prestadores de serviços que atendem nossos clientes como oficinas, serviços de reboque, serviços gerais a residências e pode ser afetada em caso de realização desses serviços sem aderência às práticas constantes nas políticas internas e, ainda, se não for possível, por qualquer razão, prever e manter uma vasta rede de atendimento adequadamente distribuída pelo território nacional.

Adicionalmente, comercializamos seguro saúde, que depende da capacidade de celebrar, renovar contratos e manter relacionamentos com hospitais, médicos, dentistas e outros provedores de serviços de assistência à saúde. Além disso, em determinadas regiões, há prestadores de serviços estratégicos, que se não fizerem parte da rede credenciada da Companhia e de suas controladas, poderão impactar a sua competitividade no mercado de saúde suplementar.

(f) seus clientes;

A incerteza relacionada à probabilidade de os clientes não honrarem, total ou parcialmente, com seus compromissos financeiros pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Tal risco pode afetar principalmente a Portoseg CFI, que atua no mercado de financiamento, empréstimos e crédito.

(g) setores da economia nos quais o emissor atue;

Fatores de risco associados a eventos econômicos ou financeiros podem exercer grande influência nos resultados da Companhia, afetando não apenas a evolução de suas receitas com a venda de produtos e serviços, como também o retorno das aplicações de recursos financeiros.

Mesmo antes da pandemia, a expansão da atividade já dependia de uma solução para o nosso problema fiscal, em primeiro lugar, e de uma agenda mais ampla de reformas que viabilizassem o crescimento sustentado da produtividade nacional, em segundo. Dessa maneira, dificuldades nessas dimensões podem comprometer as perspectivas para a economia brasileira mesmo depois de passado o período mais agudo da crise. Sob um ambiente de elevada e persistente incerteza, não são desprezíveis os riscos de postergação de planos de investimentos por parte das empresas, e lenta geração de empregos, o que por sua vez compromete a elevação da renda real e crescimento mais vigoroso do consumo.

Além disso, a economia brasileira é também sensível à deterioração do ambiente externo, de modo que as dificuldades domésticas podem ser aguçadas na eventualidade de uma recuperação da economia global decepcionante. Desdobramentos geopolíticos que prejudicam a recuperação do fluxo de comércio global tendem a exercer maior impacto nas economias emergentes como um todo, e no Brasil em particular.

Sobre os resultados operacionais das várias linhas de negócios da Companhia, destacam-se os seguintes riscos:

- Redução das receitas com a venda de produtos e serviços em virtude de uma desaceleração ou mesmo queda da atividade econômica em geral e da renda em particular;
- Aumento dos sinistros das diversas linhas de negócio;
- Elevação da inadimplência da carteira de crédito;
- Elevação dos custos (serviços terceirizados, peças, tributos, etc.);

- Compressão de margens.

Já sobre os resultados de aplicações financeiras, enumeramos a seguir alguns dos possíveis riscos a que a Companhia está exposta:

- Maior volatilidade nos preços dos ativos financeiros e, conseqüentemente, maior instabilidade nos resultados da Companhia;
- Reprecificação acentuada nos valores desses ativos, sobretudo na hipótese de um evento de cauda cuja origem pode ser tanto doméstica como externa;
- Diminuição, mesmo que temporária, da liquidez dos mercados financeiros, limitando a capacidade da Companhia de reduzir sua exposição a alguns desses ativos;
- Redução da oferta de mecanismos de proteção (“hedge”) para a carteira de ativos financeiros, bem como a elevação do risco com as respectivas contrapartes;
- Restrição regulatória sobre ativos passíveis de compor a carteira de investimentos e das reservas técnicas, limitando o escopo da gestão desses recursos e as alternativas de ativos, bem como limitando o potencial de remuneração da carteira de investimentos financeiros.

(h) regulação dos setores em que o emissor atue;

Os setores regulados em que o emissor atua, com destaque para os mercados de seguros, financeiro, de previdência complementar, de assistência privada à saúde e de capitais, estão sujeitos a ampla e rígida regulamentação e supervisão das seguintes autarquias e agências reguladoras: Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Banco Central do Brasil (Bacen); Superintendência Nacional de Seguros Privados (PREVIC); Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A regulamentação afeta todos os aspectos das operações, inclusive estabelece exigências de capital mínimo, reservas obrigatórias e margem de solvência. Eventuais mudanças nos aspectos regulamentares podem afetar diretamente os resultados operacionais e conseqüentemente o valor das ações.

Ainda, eventuais alterações em leis, decretos ou regulamentos pelo Governo Federal, podem afetar adversamente as operações.

Para além desses riscos mencionados anteriormente, há ainda aqueles relacionados com intervenções regulatórias que porventura limitem a livre precificação de nossos produtos e serviços, bem como onerem de forma relevante a estrutura de custos desses mesmos produtos e serviços.

O avanço e desenvolvimento de legislações específicas podem afetar diretamente o resultado da Companhia.

A regulação específica relacionada às questões socioambientais e climáticas, como gestão de resíduos, mudanças climáticas e licenciamento ambiental ou mesmo a criação de novas legislações podem afetar todos os aspectos das operações, inclusive onerando de forma relevante a estrutura de custos de nossos produtos e serviços.

Colaboradores e prestadores de serviços podem gerar demandas trabalhistas.

As legislações específicas ao trabalho podem levar colaboradores e prestadores a gerarem demandas trabalhistas, implicando assim em possíveis impactos nos resultados, nos valores mobiliários emitidos assim como impactos na imagem da Companhia.

(i) países estrangeiros onde o emissor atua;

O sistema regulatório sob o qual a Companhia trabalha e potenciais mudanças nesse sistema podem causar efeito adverso relevante sobre os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia, bem como sobre o valor de mercado das ações ordinárias.

Mudanças nas leis e regulamentos aos quais estão sujeitas as subsidiárias da Companhia, podem causar efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia. A Companhia possui uma Seguradora atuante no Uruguai denominada Porto Seguro - Seguros del Uruguay S.A. O mercado segurador no Uruguai é regulado pelo Banco Central do Uruguai (BCU).

(j) questões sociais;

A Porto Seguro S/A esta exposta ao risco social no que tange a ocorrência de penalidades, sanções, autuações ou multas, especialmente no que tange ao não cumprimento dos direitos humanos, em especial demandas trabalhistas, tanto de seus colaboradores, fornecedores e clientes. Ressalta-se adicionalmente que além dos impactos financeiros, a empresa pode ser associada a eventos que podem impactar sua reputação.

Destaca-se que dado os setores de atuação, observa-se aumento da relevância da pauta junto aos reguladores (Banco Central do Brasil, Superintendência de Seguros Privados e Comissão de Valores Mobiliários), os quais nos últimos anos emitiram regulamentações que tangenciam os riscos sociais.

(k) questões ambientais;

A empresa está exposta à uma série de riscos ambientais que incluem poluição e contaminação do solo, ar e água, desmatamento e degradação de ecossistemas, uso insustentável de recursos naturais, mudanças nos padrões climáticos e impactos na biodiversidade, aumento da regulação ambiental e fiscalização, e litígios ambientais.

Dado a diversidade de produtos e negócios os impactos têm magnitude de impacto e frequências em diferentes níveis e classificações. Nesse sentido, a Companhia busca adotar controles e processos para mitigar os riscos potenciais inerentes.

(l) questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição;

Considerando o ambiente de negócio que a Porto Seguro opera, questões climáticas podem influenciar o negócio da Companhia sob diversas formas.

Alterações climáticas podem resultar em aumento da sinistralidade da Companhia e prejuízos inesperados, dado eventos climáticos extremos, com o aumento de chuvas intensas e mais frequentes, ocorrência de granizo, e enchentes e elevação das incidências de raios, impactando o resultado da Companhia, principalmente no seguro automóvel e patrimoniais.

Adicionalmente, mudanças no clima podem mudar os padrões já conhecidos de doenças, afetando a morbidade e mortalidade relacionadas àquelas transmitidas por vetores. Além disso, podem alterar determinantes sociais e ambientais da saúde como qualidade do ar e da água, comida suficiente e moradia segura, impactando a sinistralidade do seguro, especialmente de saúde e vida.

Por fim, a transição para uma economia com baixo teor de carbono pode afetar o valor dos ativos financeiros da empresa, como por exemplo investimentos em empresas. É importante ressaltar que a exposição a esses riscos pode variar de acordo com o modelo de negócio, o enquadramento operacional e o perfil de risco da empresa, e parte dos seus produtos pode estar concentrada em

mercados, setores ou áreas geográficas que enfrentam riscos físicos e de transição materialmente relevantes.

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores;

Não aplicável, na medida em que na data de preenchimento deste Formulário de Referência a Companhia entende que não há outras questões não compreendidas nos itens anteriores.

4.2 DESCRIÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

1. As medidas de segurança de tecnologia da informação (“TI”) da Companhia e de suas controladas poderão ser violadas ou comprometidas por ataques cibernéticos, inclusive no que se refere à infraestrutura necessária à manutenção dos sistemas de TI da Companhia, podendo acarretar indisponibilidades nos sistemas de TI e danos reputacionais e financeiros para a Companhia e suas controladas.
2. As seguradoras do grupo da Companhia incorrem em Risco de Subscrição, os quais podem ter um efeito adverso significativo nos negócios das controladas da Companhia e, por consequência, da Companhia.
3. A concentração das receitas no segmento de seguro automóvel pode tornar a Companhia e suas controladas mais sensíveis às condições desfavoráveis desse segmento.
4. A criação, aquisição ou integração de negócios envolvem certos riscos que podem impactar desfavoravelmente nos resultados da Companhia e de suas controladas.
5. Podem ocorrer falhas em processos internos, erros humanos assim como fraudes internas ou externas, que nos expõem a perdas ou situações adversas.

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

Além dos fatores de risco indicados no item “4.1 – Fatores de Risco”, a Companhia está exposta a riscos de mercado, ou seja, riscos de mudanças em fatores como taxas de juros ou taxas de câmbio, nos preços de ações e indicadores de inflação, que sejam capazes de influenciar a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta são: juros pré-fixados, juros pós-fixados, crédito privado, inflação, taxas de câmbio e renda variável.

As operações no mercado de renda fixa são realizadas, principalmente, por meio de títulos públicos. As classes destes títulos e os prazos de vencimento são escolhidos de acordo com o objetivo dos fundos, que recebem recursos de reserva técnica e recursos livres. Os derivativos também são utilizados como instrumentos de proteção e em operações de curto e médio prazos que buscam capturar oportunidades de ganhos. As operações com derivativos são registradas na B3. Além dos títulos públicos e dos derivativos, utiliza-se no mercado de renda fixa títulos expostos ao risco de crédito privado. Tais títulos possuem menor liquidez, em comparação aos títulos públicos, porém com rentabilidade mais atraente.

As operações no mercado de renda variável são realizadas por meio de ações e derivativos (também registrados na B3).

Assim como na renda fixa, o nível de volatilidade está em linha com o objetivo dos fundos.

Um importante fator de risco considerado é a liquidez dos ativos. O monitoramento é realizado de acordo com as características de cada ativo, obedecendo aos limites definidos pelas políticas de risco de crédito e de liquidez.

Em 31/12/2024, a composição da carteira de aplicações de recursos próprios da Companhia era composta da seguinte forma:

Fator de Risco	% PL
Ações	3%
Crédito Privado	3%
Indexados Inflação	39%
Prefixados	36%
Pós-Fixados	19%

4.4 PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

A Companhia considera como relevantes os processos cujos valores discutidos envolvam valores superiores a 5% de seu patrimônio líquido e/ou processos que envolvam riscos de imagem ou relacionados a questões societárias relevantes ou, ainda, que possam, de algum modo, influenciar possível decisão de investimento.

Com base nos critérios acima apontados, a Companhia descreve o seguinte processo:

Processo nº.: 0011776-11.2000.4.03.6100 (PIS Lei 9.718/98)	
a. juízo	Justiça Federal da 15ª Vara da Seção Judiciária do Estado de São Paulo
b. instância	Tribunais Superiores
c. data de instauração	12/04/2000
d. partes no processo	Ativa: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e Porto Seguro Vida e Previdência S.A. Passiva: Delegacia Especial das Instituições Financeiras
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 881 milhões
f. principais fatos	Obrigatoriedade de recolhimento do PIS sobre seu faturamento, equiparando o conceito de faturamento à totalidade das receitas. Para fins de base de cálculo do PIS, o conceito legal de faturamento foi definido como sendo a receita bruta decorrente da venda de mercadorias ou da prestação de serviços. Ocorre que as empresas seguradoras não possuem faturamento, logo, não há base de cálculo para recolhimento do PIS nos termos desta Lei.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em primeira instância, mandado de segurança julgado parcialmente procedente para afastar tão somente o alargamento da base de cálculo do PIS veiculado pelo art. 3º, §1º, da Lei 9.718/98, deixando consignado, por outro lado, que o valor referente ao prêmio pago pelos segurados deverá ser mantido na base de cálculo da referida exação por se tratar de receita supostamente decorrente da prestação de serviço. Em segunda instância, foi negado provimento ao recurso de apelação das empresas sob o fundamento de que as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, quanto à base de cálculo das instituições financeiras e equiparadas, dentre as quais as operadores de seguro privados, sujeitam-se à incidência do PIS sobre as receitas advindas das atividades típicas da pessoa jurídica, independentemente de sua classificação fiscal e contábil, nas quais se incluem os prêmios pagos pelo segurado e as receitas financeiras.

h. estágio do processo

Impetrado Mandado de Segurança em 12/04/2000, para afastar a exigência do PIS nos termos estipulados pela Lei 9.701/98, relativamente ao período-base de 2000 e subsequentes, garantindo o direito de recolher nos termos da LC nº 7/70, ou, ao menos, sobre a receita bruta advinda dos serviços prestados, afastando a inclusão, na sua base de cálculo, das demais receitas extraídas da Lei nº 9.718/98 (receitas financeiras e receitas advindas de prêmio).

Proferida sentença em 16/10/2000 julgando procedente a demanda para conceder a segurança e afastar o alargamento da base de cálculo do PIS veiculado pelo art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98, e garantir o direito das Requerentes ao recolhimento do PIS nos termos da LC nº 7/70.

A União Federal interpôs recurso de apelação 09/01/2001.

Proferido acórdão em 19/04/2006 dando provimento à remessa oficial para anular a sentença de primeiro grau por considerá-la citra petita e determinar o retorno dos autos à vara de origem para novo julgamento, julgando prejudicado o recurso de apelação da União.

Diante da inexistência da causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário em tela após a anulação da sentença, as Requerentes passaram a efetuar, a partir de 24/01/2007, depósitos judiciais nas contas nº 1181.635.2403-0 e 1181.635.2456-1, vinculadas à presente demanda, até o período de vencimento em janeiro de 2015, atraindo, assim, os efeitos do artigo 151, II, do Código Tributário Nacional.

Proferida sentença em 11/10/2007 julgando parcialmente procedente a demanda para afastar tão somente o alargamento da base de cálculo do PIS veiculado pelo art. 3º, §1º, da Lei 9.718/98, deixando consignado, por outro lado, que o valor referente ao prêmio pago pelos segurados deverá ser mantido na base de cálculo da referida exação por se tratar de receita supostamente decorrente da prestação de serviço.

Interposto recurso de apelação pelas empresas em 13/05/2008.

A União Federal também interpôs recurso de apelação em 06/12/2007.

Proferido acórdão em 21/02/2013, negando provimento aos recursos de apelação das empresas e da União, sob o fundamento de que as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/98, quanto à base de cálculo das instituições financeiras e equiparadas, dentre as quais as operadores de seguro privados, sujeitam-se à incidência do PIS sobre as receitas advindas das atividades típicas da pessoa jurídica, independentemente de sua classificação fiscal e contábil, nas quais se incluem os prêmios pagos pelo segurado e as receitas financeiras.

Opostos embargos de declaração em 11/03/2013 e proferido, em 18/12/2014, acórdão integrativo que os rejeitou por considerar inexistentes vícios de omissão no acórdão.

Interpostos recursos Especial e Extraordinário pelas empresas em 09/02/2015.

Proferida decisão em 25/09/2015 determinando o sobrestamento do feito até o julgamento definitivo do RE nº 609.096/RS (Tema STF 372/RG).

Apresentada petição em 16/02/2017 requerendo a conversão em renda em favor da União dos depósitos judiciais, extinguindo o crédito tributário em tela, e a manutenção do sobrestamento dos apelos extremos interpostos até que sobrevenha decisão do STF sobre o Tema 372/RG.

A União, em 02/03/2017, discordou do pleito, alegando, que: i) a transformação em pagamento dos depósitos judiciais somente pode ocorrer após o trânsito em julgado da demanda, nos moldes do artigo 1º, § 3º, II, da Lei nº 9.703/98; e que ii) estando a Administração Pública vinculada ao princípio da legalidade, somado ao fato de o referido dispositivo legal não prever tal possibilidade antes da ocorrência do trânsito do feito, os valores deverão permanecer depositados.

Em 24/03/2017, foi proferido despacho pelo Desembargador Federal Relator, no sentido de indeferir o pedido de conversão em renda, ante a manifesta discordância da União.

Protocolizada petição em 28/03/2017 requerendo a reconsideração da decisão, tendo em vista a insubsistência das alegações fazendárias.

Protocolizada petição pela União, em 05/10/2017, informando que aceita a transformação dos depósitos em pagamento definitivo, se a impetrante expressamente renunciar à pretensão formulada na ação em relação a todos os valores que já se encontram depositados. Caso contrário, requer seja rejeitado o seu pedido de transformação dos depósitos judiciais em pagamento definitivo em favor da União antes de encerrado o litígio, face à proibição estabelecida no art. 1º, § 3º, II, da Lei 9.703/98, bem como ante a preclusão da questão, que já foi anteriormente decidida.

Protocolizada petição pelas empresas em 05/12/2017 informando que, embora tenha interesse na conversão em renda em favor da União dos depósitos judiciais, não pretende renunciar à pretensão formulada na ação.

Proferido despacho em 11/01/2018, no sentido de indeferir a conversão em renda, em razão do impasse e determinar o retorno do feito ao sobrestamento.

Protocolizada petição em 16/12/2019, requerendo a concessão de tutela de urgência para suspensão da exigibilidade dos débitos

com a apresentação de seguro garantia como contracautela em substituição aos depósitos judiciais realizados, autorizando-se, assim, o levantamento dos valores depositados em juízo.

Em 21/02/2020 foi proferida decisão indeferindo o pedido formulado por ser descabida a substituição por seguro garantia, uma vez que nos termos da jurisprudência do STJ (Súmula 112) somente o depósito judicial tem o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, nos termos do art. 151, II, do CTN.

Protocolizada petição, em 13/05/2020 (via e-mail), requerendo a conversão em renda para garantir o direito das empresas de realizar a dedução dos valores depositados na base de cálculo do IRPJ/CSLL, no período crítico da pandemia relacionada à COVID-19.

Proferida decisão, em 14/07/2020, indeferindo o pleito das empresas, com base na jurisprudência do STJ, haja vista que o pedido de liberação dos valores depositados contraria frontalmente o art. 1º, §3º, I da Lei 9.703/98, que determina a devolução do valor ao depositante após o encerramento da lide.

Providenciada petição nos autos, em 17/05/2023, requerendo o levantamento das receitas financeiras oriundas de aplicações livres de recursos e receitas financeiras de reservas técnicas, que não devem compor a base de cálculo do PIS e, por isso, representam um excesso de depósito judicial, devendo ser, portanto, levantados pelas Requerentes.

Autos conclusos para decisão desde 10/01/2024.

i. se a chance de perda é:

i. provável

ii. possível

iii. remota

Provável

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante

Valores envolvidos na ação e relevância da tese

4.5 VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

O valor total provisionado no processo indicado no item 4.4 é R\$ 579 milhões.

4.6 PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes.

4.7 OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Na data de divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não tinham outras contingências relevantes além do processo judicial mencionado no item 4.4.

5.1 DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E RISCOS DE MERCADO

(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política:

Com o objetivo de estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às nossas atividades, a Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos, que foi formalmente aprovada em reunião do conselho de administração, realizada em 10 de maio de 2024 (“Política de Gerenciamento de Riscos”).

(b) Os objetivos estratégicos da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos tem por objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de negócios da Companhia e de suas controladas, de forma a identificar, monitorar e gerenciar os riscos relacionados à Companhia, suas controladas ou seus setores de atuação.

(i). Os riscos para os quais se busca proteção:

Diante da complexidade e variedade de produtos e serviços oferecidos aos seus clientes em todos os segmentos de mercado, a Companhia está exposta a diversos tipos de riscos, sejam eles decorrentes de fatores internos ou externos. Assim, busca-se proteção para todo e qualquer risco que possa impactar negativamente o atingimento dos objetivos definidos pela Alta Administração, principalmente:

- Risco de Subscrição
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Capital
- Risco de Mercado
- Risco Operacional
- Risco Reputacional
- Risco Cibernético
- Risco de Terceiros

(ii). Os instrumentos utilizados para a proteção:

Face os riscos que a Companhia está exposta, são utilizados instrumentos de proteção, entre eles instrumentos financeiros (derivativos), contratos de cessão de risco (resseguro ou cosseguro), instrumentos contratuais e cláusulas específicas (seguros), colaterais (garantias para concessão de crédito), sistemas de aferição de risco, automatizados e manuais, os quais provêm métricas e indicadores.

Tais instrumentos proporcionam efetiva mitigação dos riscos aos quais a empresa está exposta, possibilitando a administração tomar ações de maneira tempestiva, caso necessário.

(iii). A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos:

A estrutura de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado da Companhia e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Neste sentido, adotou-se a abordagem de três linhas de defesa como base da estrutura de gerenciamento de riscos, conforme descrito abaixo:

- Primeira linha (unidades operacionais): as diversas unidades operacionais e de negócios que lidam diretamente com os negócios da organização têm responsabilidade pelos riscos que decorrem de sua atividade. Desta forma, é esperado que as unidades de negócio adotem procedimentos e controles adequados para que sua gestão esteja alinhada com os apetites as diretrizes definidas pela organização.
- Segunda linha (funções de controle): as funções de controle têm como responsabilidade orientar e supervisionar se os processos e controles definidos pela primeira linha estão de acordo com as diretrizes organizacionais. As funções de controle estão relacionadas principalmente a área de gestão de riscos corporativos, compliance e controles internos.
- Terceira linha (auditoria interna): a função de auditoria interna atua de forma mais ampla e independente na verificação de aderência às diretrizes ao avaliar a eficácia do ambiente de gestão e controle de riscos (supervisão sobre a primeira e segunda linha de defesa.)

A estrutura de gestão de riscos também conta com o apoio de Comitês específicos, como o Comitê de Riscos Integrado (CRI).

O CRI tem como objetivo fornecer subsídios e informações ao Conselho de Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos em todas as sociedades que compõem o Grupo Porto.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos.

Em vista do porte, riscos correspondentes e volume de operações da Companhia e de suas controladas, a administração da Companhia e de suas controladas entende que a estrutura operacional e de controles internos atual é adequada para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos.

5.2 DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na persecução de nossos objetivos. O ambiente de controles internos abrange toda organização, desde o conselho de administração aos colaboradores da Companhia e de suas controladas, através de trabalhos periódicos voltados à efetividade dos processos e controles, bem como ao atendimento das exigências de normas e regulamentações aplicáveis.

A efetividade do ambiente de controles internos, para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, é permanentemente avaliada, dentro do escopo de atuação aplicável, pelos auditores independentes, pela auditoria interna, pelas áreas corporativas de controles internos, compliance e gestão de riscos e supervisionados pelo Comitê de Risco Integrado e Comitê de Auditoria, cujos relatórios e reportes periódicos contribuem para ações de melhoria contínua, avaliando diversos temas que percorrem suas operações, seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis.

Nos relatórios emitidos nos 3 (três) últimos exercícios, não foram identificadas falhas que pudessem colocar em risco a efetividade do ambiente de controles internos da Companhia e de suas controladas e a continuidade dos seus negócios.

b) as estruturas organizacionais envolvidas:

A estrutura organizacional da Companhia e de suas controladas, conforme previsto na Política de Gerenciamento de Riscos, é composta pelo conselho de administração, pela diretoria e pelas áreas de controles internos, compliance e riscos corporativos, que possuem atribuições distintas e devem atuar de maneira integrada, conforme descrito abaixo:

Conselho de Administração:

Dentre outras atribuições relacionadas ao ambiente de controles internos, cabe ao Conselho de Administração:

- a. Fixar as orientações gerais dos negócios da Companhia.
- b. Aprovar o código de conduta da Companhia e as políticas corporativas relacionadas a (i) divulgação de informações e negociação de valores mobiliários; (ii) gerenciamento de riscos; (iii) transações com partes relacionadas e administração de conflitos de interesses; (iv) remuneração de administradores; e (v) indicação de administradores.
- c. Fiscalizar a gestão dos Diretores.
- d. Examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia.
- e. Solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos.

- f. Escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria.
- g. Zelar para que a diretoria adote práticas de governança corporativa efetivas, bem como possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, incluindo a transparência, responsabilidade e equidade na condução dos negócios.
- h. Apreciar o relatório da administração, as contas da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à assembleia geral.
- i. Estabelecer as alçadas da diretoria para prática de determinados atos, como contratação de endividamento.

Diretoria:

Compete à Diretoria:

- a. Avaliar periodicamente, ou sempre que houver mudança significativa no perfil de risco, a eficácia dos controles internos, informando ao conselho de administração os resultados dessas análises e, caso necessário, as respectivas propostas de ação, bem como a adoção, o cumprimento e a manutenção dos processos destinados ao saneamento das deficiências identificadas.
- b. Orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos sob sua responsabilidade.
- c. Zelar pela adequação da área de controles internos, bem como a melhoria contínua dos processos e procedimentos a elas relacionados.

Área de Controles Internos:

Compete à área:

- a. Monitorar o sistema de controles internos.
- b. Fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda.
- c. Avaliar e testar controles que tenham função de mitigação de riscos que impactam o balanço da empresa, as obrigações regulatórias, a conformidade com os padrões éticos e de conduta ou sua imagem.
- d. Supervisionar o processo de avaliação de controles em conjunto com a diretoria e assegurar monitoramento constante de riscos e controles.
- e. Acompanhar a diretoria na implantação de regras e procedimentos de controles internos por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas para a manutenção e aperfeiçoamento do Sistema de Controles Internos.

Área de Compliance:

Compete à área:

- a. Gerenciar a revisão, aprovação, aplicação e promoção do Programa de Compliance;
- b. Avaliar a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, a Política de Ética e Conduta e às políticas e aos procedimentos internos da Porto e demais regulamentos que as empresas abrangidas estejam

obrigadas a observar; Auxiliar as áreas de negócios no atendimento às demandas dos reguladores externos;

- c. Monitorar a adesão dos colaboradores aos treinamentos obrigatórios relacionados à Governança Corporativa e de Conformidade;
- d. Promover e disseminar os valores éticos e da cultura de conformidade entre os colaboradores da supervisionada, disseminando o Programa de Compliance, por meio de ações periódicas de acultramento (comunicados e treinamentos), bem como, da manutenção da Política de Ética e Conduta do Grupo Porto.

Estrutura de Gestão de Riscos:

Compete à área:

- a. Desenvolver e manter a Política de Gestão de Riscos com diretrizes, conceitos e metodologias atualizadas para gerenciamento dos riscos, alinhadas com os requerimentos regulatórios, diretrizes da Companhia e melhores práticas.
- b. Coordenar a elaboração e as revisões do inventário de riscos, participando, juntamente com as diversas unidades organizacionais, da identificação, avaliação e mensuração de riscos.
- c. Monitorar o inventário e o perfil de risco e os níveis de exposição, assim como seu alinhamento ao apetite por risco.
- d. Identificar os processos de trabalho associados aos principais riscos identificados e avaliá-los periodicamente quanto a efetividade das metodologias, ferramentas e controles utilizados para gestão dos riscos, bem como a suficiência e adequação dos recursos humanos e materiais envolvidos nesta atividade nas diversas áreas supervisionadas (1ª linha).
- e. Reportar, periodicamente e sempre que necessário, os resultados dos monitoramentos e análises de risco a Diretorias, Comitê de Risco Integrado (CRI), Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.
- f. Monitorar periodicamente as exposições a risco, verificando seu alinhamento com os limites estabelecidos, bem como alterações nos ambientes interno e externo, incluindo mudanças significativas na estrutura ou nas operações da supervisionada e riscos novos ou emergentes que possam alterar significativamente o perfil de riscos das empresas.
- g. Orientar quanto a estratégias e alternativas para gestão de riscos, na medida que isso não comprometa sua independência.
- h. Participar da análise de mudanças, de forma a auxiliar na avaliação de seus riscos e potenciais implicações/necessidade de alteração na EGR.
- i. Atuar junto as áreas gestoras em situações de riscos e/ou desenquadramento dos limites, de forma a obter as justificativas e planos de ação necessários.
- j. Acompanhar a implementação de planos de ação ou medidas corretivas que visem a sanar deficiências da EGR.
- k. Orientar as unidades operacionais e de negócios (1ª Linha) e Diretoria da Companhia em relação à gestão de riscos e ao reporte de perdas operacionais, assim como executar a sua avaliação e o seu encaminhamento ao regulador.
- l. Auxiliar as diversas unidades operacionais e de negócios na identificação/avaliação de seus riscos atuais e emergentes, sejam eles oriundos de fonte interna ou externa, ocasionados pelas operações da própria supervisionada ou por outras empresas do grupo, e consolidar os resultados de forma a garantir sua consistência.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração através de reportes periódicos realizados tanto por áreas de negócio, como por áreas corporativas de controles internos, compliance e gestão de riscos corporativos.

A administração da Companhia é responsável por: (a) estabelecer e manter controles internos eficazes das informações financeiras, verificar se operações estão em conformidade com as políticas e/ou regras definidas; (b) monitorar permanentemente o cumprimento às leis, normas e regulamentos, conforme o disposto em nossa Política de Ética e Conduta; e (c) auxiliar os controles relacionadas às demonstrações financeiras e à gestão.

Participam deste ambiente colaborativo de gestão e monitoramento dos controles internos: gestores e diretores responsáveis pelas áreas de negócio, gestores e diretores responsáveis pelas áreas corporativas e conselho de administração.

Todas as oportunidades de melhoria, correção ou adoção de controles internos são realizadas através do estabelecimento de planos de ação que são acompanhados e geridos sistematicamente pelas áreas corporativas de controles internos, compliance, e gestão de riscos. Os planos de ação são constantemente monitorados e avaliados para fins de implementação e atendimento do objetivo esperado. A estrutura de controles internos mencionada, aliada às revisões e trabalho conjunto da diretoria, do conselho de administração e da área de controles internos, compliance e riscos corporativos, asseguram à administração da Companhia que suas demonstrações financeiras estejam livres de distorções relevantes.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

No processo de avaliação de riscos, segundo as normas de auditoria, o auditor independente considera os controles internos da Companhia relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, com o objetivo de planejar os procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Após a finalização dos trabalhos de auditoria por parte do auditor independente e emissão do relatório de auditoria, a administração recebe dos auditores independentes carta de recomendação sobre os controles internos, conforme requerido pelo art. 25, inciso II, da Resolução CVM 23/2021, e propõe plano de ação e atua durante o ano para correção dos pontos identificados.

Os trabalhos realizados pelo auditor independente não apontaram deficiências ou recomendações consideradas significativas nos controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Este também é o entendimento da administração, que considera não haver deficiências significativas nos seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras.

Destacamos, no entanto, que os planos de ação elaborados para as demais deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente, classificadas como “outras deficiências”, são monitorados e reportados periodicamente à alta administração. O processo de avaliação e conclusão

das ações tomadas reforça o compromisso da Companhia com a integridade do ambiente de controles internos e com a efetividade dos seus controles.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

Os diretores informam que não foram apontadas deficiências significativas no relatório de recomendações emitida pelos auditores independentes no âmbito da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Embora as recomendações apontadas referentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 não sejam significativas, tais deficiências são acompanhadas e monitoradas pela administração da Companhia.

5.3 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sim, a Companhia e suas controladas possuem regras, políticas e procedimentos/práticas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme previsto na Política de Ética e Conduta da Companhia, aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

As empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, realizam mapeamento periódico dos processos das áreas de negócios, a fim de identificar o nível de exposição aos riscos de corrupção e auxiliar na implementação e no monitoramento dos controles necessários para mitigação destes riscos. Adicionalmente, são realizados testes de controles periódicos pela área de controles internos, bem como avaliação anual da auditoria interna. Também são aplicados treinamentos presenciais e web-aula sobre o tema aos colaboradores, líderes e alta administração, contendo os principais pontos trazidos pelas normas anticorrupção, como atos lesivos, sanções aplicáveis e critérios do Programa de Compliance do Grupo Porto.

Além da disponibilização da Política Corporativa Anticorrupção e do Programa de Compliance, a Política de Ética e Conduta é disponibilizada para consulta na intranet da empresa e no site de Relações com Investidores. Esses documentos incluem diretrizes e orientações para prevenir atos de corrupção, atos fraudulentos e outros atos ilícitos, no intuito de possibilitar uma atuação em conformidade com as legislações vigentes. Também são adotados critérios de prevenção e controle para o público de prestadores de serviços e fornecedores, como avaliação de conduta.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

Os mecanismos e procedimentos de integridade das empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas, são geridos pela gerência de compliance, responsável pela identificação, monitoramento e gestão dos riscos de integridade da empresa, bem como a conformidade dos processos com regulamentos internos e externos. A gerência é subordinada à diretoria jurídica e se reporta periodicamente aos comitês de riscos, de auditoria e de ética e conduta instalados no âmbito da PSSA, e que supervisionam todas as empresas do Grupo Porto. De forma independente, a auditoria interna realiza avaliação anual dos controles internos relacionados ao Programa de Compliance. Dessa forma, entendemos que nossos mecanismos e procedimentos internos de integridade são eficientes e adequados ao nosso porte, riscos correspondentes e ao volume de nossas operações.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, o grupo Porto possui Política de Ética e Conduta formalmente aprovada pelo Conselho de Administração.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.**

A Política de Ética e Conduta é aplicável a todos os colaboradores, dirigentes, estagiários, temporários, jovens aprendizes, prestadores de serviços e terceiros em geral, sendo parte integrante dos contratos de admissão dos colaboradores e também disponibilizado para consulta na intranet, além de haver divulgação a cada atualização.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.**

As violações são avaliadas pelas áreas de compliance e de inspetoria - a depender do tema - e pela diretoria da Companhia, para posterior aplicação das medidas cabíveis, que podem ser de natureza administrativa (advertência, suspensão, rescisão contratual, entre outros) ou judicial.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Política de Ética é revisada pelo Comitê de Ética e Conduta da Porto e a última versão foi aprovada pelo Conselho de Administração em 11/11/2024. O documento é disponibilizado para consulta na intranet da empresa e no site de Relações com Investidores

[\(http://ri.portoseguro.com.br/governanca-corporativa/estatuto-socialpoliiticas-e-manuais/\)](http://ri.portoseguro.com.br/governanca-corporativa/estatuto-socialpoliiticas-e-manuais/).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo.

Sim, a Porto Seguro possui Canal de Denúncias, que pode ser acessado pelo site

<https://www.portoseguro.com.br/fale-conosco/contatos/canal-de-denuncia>.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.**

O canal de denúncias é corporativo (Grupo Porto), gerido internamente e recebe denúncias que sejam relativas e provenientes de todas as empresas do Grupo Porto, incluindo a Companhia e suas controladas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.**

O canal online está apto para recebimento de relatos do público interno e externo, independentemente do tipo de relação com a empresa.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé.**

Além de ter a identidade preservada, bem como toda a condução do caso ser tratado com sigilo, a Companhia não admite que o denunciante de boa-fé sofra qualquer tipo de retaliação. A denúncia pode ser registrada, mantendo-se o anonimato e será recepcionada da mesma forma para o tratamento.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

A apuração das denúncias é realizada internamente pela área da Inspeção e pelas áreas de governança.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas (orientação: A indicação pelo emissor dos casos independe de decisão administrativa ou judicial sobre os fatos detectados)

Não há casos identificados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não Aplicável.

5.4 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

Não houve, no último ano, alterações significativas dos principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta.

5.5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Não há informações relevantes adicionais a serem divulgadas.